

Índice

| | |
|--|----|
| 2. Comentário dos diretores | |
| 2.1 Condições financeiras e patrimoniais | 1 |
| 2.2 Resultados operacional e financeiro | 16 |
| 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases | 26 |
| 2.4 Efeitos relevantes nas DFs | 27 |
| 2.5 Medições não contábeis | 28 |
| 2.6 Eventos subsequentes as DFs | 30 |
| 2.7 Destinação de resultados | 31 |
| 2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs | 33 |
| 2.9 Comentários sobre itens não evidenciados | 34 |
| 2.10 Planos de negócios | 35 |
| 2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional | 37 |
| 5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos | |
| 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado | 38 |
| 5.2 Descrição dos controles internos | 43 |
| 5.3 Programa de integridade | 46 |
| 5.4 Alterações significativas | 50 |
| 5.5 Outras informações relevantes | 51 |

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2. Comentários dos diretores

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais;

O ano de 2022 foi marcado pelo fim das medidas mais restritivas em relação à pandemia da COVID-19 e pelas crescentes preocupações em relação aos impactos da guerra entre Rússia e Ucrânia para a economia mundial. No Brasil, o fraco desempenho econômico e a tensão com o período eleitoral foram compensados por uma melhora significativa das condições hidrológicas já no início do ano e a consequente redução dos preços de energia no mercado de curto prazo, fato que permaneceu ao longo de todo o período.

Para o consumidor, no entanto, isso não se refletiu em redução imediata nas tarifas. Os custos elevados do ano anterior ainda estavam sendo repassados nos reajustes tarifários e a bandeira “escassez hídrica” manteve-se vigente até o mês de abril. O fim da bandeira, combinado à redução da alíquota de ICMS, resultou em menores tarifas no 2º semestre, o que contribuiu para o controle da inadimplência.

Outro movimento relevante foi o crescimento expressivo da instalação de painéis solares (mini e microgeração distribuída), incentivado pela promulgação da Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, que estabeleceu uma fase de transição após um ano de sua vigência, para que os subsídios comesçassem a ser reduzidos. Essa determinação gerou um elevado número de pedidos de instalação, especialmente nos últimos meses de 2022.

Nesse contexto, o grupo CPFL Energia continuou ativo na busca do crescimento sustentável, a fim de gerar valor e beneficiar seus stakeholders. Registramos recorde de investimentos, alcançando a cifra de R\$ 5,8 bilhões, para melhor performance de nossos ativos de distribuição, a partir da ampliação de redes e da implementação de novas tecnologias, a fim de continuar oferecendo um serviço de qualidade a nossos clientes. Investimos ainda na manutenção de nossas usinas e em reforços e melhorias nas nossas redes de transmissão, sempre visando a excelência na gestão operacional.

Ainda em relação aos investimentos, é importante destacar a entrada em operação da CPFL Maracanaú, empreendimento composto por uma nova subestação de energia e aproximadamente 2 km de linhas de transmissão, localizado no Estado do Ceará, com RAP de R\$ 7,9 milhões para o ciclo 2022-2023.

No segmento de transmissão, vale destacar ainda que 2022 foi o ano de consolidação de nossa última aquisição, a CPFL Transmissão. O processo de *turn around*, que se iniciou em outubro de 2021, rendeu ótimos frutos, tais como a substituição das dívidas em dólar por uma debênture com custo nos padrões do grupo CPFL Energia. Fizemos ainda uma gestão dos contratos e um plano de aposentadoria, que já permitem observar redução no PMSO, e identificamos novas oportunidades de investimentos em reforços e melhorias, que estão em processo de aprovação junto ao órgão regulador. Finalizamos também o processo de deslistagem das ações da CPFL Transmissão na B3, a partir do qual a CPFL Cone Sul passou a deter 100% das ações de emissão da CPFL Transmissão.

Ainda no tema crescimento, em setembro de 2022, a CPFL Geração exerceu seu direito de preferência para adquirir 3,4% das ações da UHE Campos Novos (Enercan). Com isso, passamos a deter 52,12% do projeto e seu controle efetivo. Destaque também para o contrato assinado pela CPFL Soluções para o Projeto Allegra, que irá revitalizar o estádio do Pacaembu, na cidade de São Paulo, transformando-o em um grande centro de entretenimento e lazer. O projeto tem um CAPEX estimado de R\$ 70 milhões e contrato de O&M de R\$ 300 milhões por 15 anos. Nossa atuação se expandiu também na área financeira, com a Alesta, fintech do grupo, que agora oferece crédito a clientes das áreas de concessão da CPFL Paulista, da CPFL Piratininga e da CPFL Santa Cruz. Em breve, estaremos também na RGE.

As perspectivas para os próximos anos também são positivas. No final de 2022, o Conselho de Administração da CPFL Energia aprovou o novo Plano de Investimentos 2023-2027 do Grupo, que prevê a destinação de R\$ 25,4 bilhões para os negócios já existentes, com destaque para R\$ 20,6 bilhões no segmento de distribuição e R\$ 3,2 bilhões na transmissão.

No âmbito ESG, houve o lançamento do Plano ESG 2030, uma evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, que estabeleceu 23 compromissos, organizados em quatro pilares, integrados ao Planejamento Estratégico da

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Companhia. São indicadores e metas para proteção, otimização e criação de valor nos negócios, considerando impactos e riscos econômicos, operacionais, sociais e ambientais. Destaca-se o compromisso de neutralidade de carbono já a partir de 2025 e a redução de 35% nas emissões totais até 2030.

Cabe citar ainda a obtenção da certificação ISO 37.001, referente ao sistema de gestão antissuborno, que tem como objetivo auxiliar as empresas a combater o suborno por meio de uma cultura de integridade, transparência e cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis. Além disso, as ações da Companhia se mantiveram na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE da B3, ficando em 3º lugar no ranking geral do processo de seleção do índice.

Já a disciplina financeira, que sempre foi característica marcante da CPFL Energia, mais uma vez direciona nossas decisões de alocação de capital. Em relação ao resultado de 2021, foi possível realizar o pagamento de R\$ 4,5 bilhões em dividendos aos acionistas, no período entre dezembro de 2021 e dezembro de 2022, alcançando um *payout ratio* de 100%.

Por fim, a Administração da CPFL Energia reitera o compromisso e confiança com os acionistas, clientes, parceiros, sociedade e demais stakeholders e agradece a todos colaboradores do Grupo CPFL pelos resultados alcançados. Para 2023, seguimos confiantes em nossa jornada de crescimento nesse setor tão importante para a sociedade brasileira.

b. estrutura de capital;

| Estrutura de Capital | 2022 | 2021 |
|----------------------|------|------|
| Capital próprio | 31% | 33% |
| Capital de terceiros | 69% | 67% |

Em 31 de dezembro de 2022, a estrutura de capital da Companhia era representada por 31% de capital próprio e 69% de capital de terceiros. Observa-se que houve variação significativa nesta composição no exercício de 2022 em relação ao exercício de 2021, sendo este impulsionado, principalmente, pelo aumento de dívidas captadas, bem como do reconhecimento de débitos fiscais diferidos.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos;

Liquidez e Recursos de Capital

Em 31 de dezembro de 2022, nosso capital de giro líquido refletia um montante superavitário (excedente do ativo circulante em relação ao passivo circulante) de R\$ 301 milhões, uma redução de R\$ 2.338 milhões quando comparado com o valor superavitário de R\$ 2.639 milhões em 31 de dezembro de 2021.

Essa redução decorre basicamente:

- Da redução, da ordem de R\$ 2.143 milhões de saldos Financeiros Setoriais, circulante líquido, indo de um ativo financeiro serial de R\$ 2.374 milhões em 31 de dezembro de 2021 para um passivo líquido de R\$ 51 milhões. A redução mencionada deve-se, principalmente, ao componente financeiro de crédito de PIS/COFINS, visto que houve devolução de tais créditos (na ordem de R\$ 2.002 milhões) aos consumidores ao longo do exercício de 2022;
- Do aumento da linha de Empréstimos e Financiamentos, na ordem de R\$ 1.116 milhões quando comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, decorrente da transferência entre curto e longo prazo; e
- Do aumento da rubrica de Dividendos e juros sobre capital próprio, na ordem de R\$ 1.322 milhões, devido, principalmente, a destinação de dividendo mínimo obrigatório de R\$ 1.211 milhões, referente ao lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Compensados parcialmente por aumento de disponibilidades e títulos e valores mobiliários, cuja variação positiva entre os períodos findos de 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 somam R\$ 1.816 milhões, além de redução de aproximadamente R\$ 1.042 milhões de obrigações com fornecedores no curto prazo.

A Companhia tempestivamente monitora o capital circulante líquido e, sua geração de caixa, suas projeções de lucros, bem como sua estratégia de financiamento, suportam e viabilizam o plano de redução deste capital circulante líquido.

A tabela abaixo resume as obrigações contratuais e os compromissos pendentes em 31 de dezembro de 2022 (inclui outras obrigações contratuais de longo prazo):

| Obrigações contratuais em 31 de dezembro de 2022 | Pagamentos devidos por período (milhões R\$) | | | | |
|---|--|----------------|---------------|---------------|----------------|
| | Total | Menos de 1 ano | 1 a 3 anos | 4 a 5 anos | Mais de 5 anos |
| Fornecedores | 3.653 | 3.228 | 179 | - | 246 |
| Empréstimos, Derivativos, Debêntures e financiamentos - principal e encargos ¹ | 34.120 | 7.281 | 10.709 | 10.735 | 5.396 |
| Uso do bem público ¹ | 209 | 24 | 48 | 90 | 47 |
| Entidade de previdência privada ⁶ | 2.286 | 743 | 757 | 773 | 12 |
| Taxas regulamentares | 78 | 78 | - | - | - |
| Outros | 693 | 601 | 3 | 2 | 87 |
| Total de itens do Balanço Patrimonial ¹ | 41.038 | 11.952 | 11.698 | 11.601 | 5.787 |
| Arrendamentos e aluguéis | - | - | - | - | - |
| Compra de energia (exceto Itaipu) ² | 65.518 | 13.230 | 23.533 | 21.493 | 7.261 |
| Compra de energia de Itaipu ² | 12.164 | 2.008 | 4.075 | 3.977 | 2.104 |
| Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão ³ | 39.962 | 4.873 | 10.428 | 10.303 | 14.359 |
| Prêmio de Risco - Repactuação do Risco Hidrológico ⁴ | 475 | 53 | 109 | 107 | 206 |
| Projetos de construção de usina ⁵ | 4.037 | 2.108 | 1.073 | 300 | 557 |
| Total de outros compromissos | 122.156 | 22.272 | 39.218 | 36.179 | 24.486 |
| Total das Obrigações contratuais | 163.194 | 34.225 | 50.916 | 47.780 | 30.274 |

1. Inclui pagamentos de juros, incluindo juros futuros projetados sobre fluxo de caixa não descontado, através de projeções de índices. Estes juros futuros não são registrados em nosso balanço.
2. Valores a pagar nos termos de contratos de compra de energia elétrica de longo prazo, que estão sujeitas a variações de preços e estabelecem a renegociação em determinadas circunstâncias. A tabela representa os valores a serem pagos pelos volumes contratados aplicando-se os preços ao final do ano 2022. Veja item 2.2.b Preços para a Energia Elétrica Adquirida deste Formulário de Referência e a nota explicativa 28 às nossas demonstrações financeiras consolidadas.
3. Despesas estimadas com encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão, até o fim do período de concessão.
4. Despesas estimadas por pagamentos de prêmio de risco de cobertura do risco hidrológico (GSF).
5. Os projetos de construção de usinas de energia incluem compromissos assumidos basicamente para disponibilizar fundos para a construção e aquisição de concessão relacionada a controladas do segmento de geração.
6. Futuras contribuições estimadas para os planos de pensão.

Nossas necessidades de recursos destinam-se principalmente aos seguintes objetivos:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- Investimentos para continuar a expandir e modernizar os nossos sistemas de distribuição e transmissão, bem como de geração de energia renovável;
- Amortizar ou refinanciar dívidas a vencer. Em 31 de dezembro de 2022, possuíamos um saldo de dívida não amortizado com vencimento programado para os próximos 12 meses de R\$ 7.281 milhões; e
- Pagamento de dividendos. Pagamos R\$ 3.736 milhões de dividendos em 2022. O pagamento exclui os dividendos pagos de nossas controladas para os acionistas não controladores.

A Companhia e suas controladas possuem capacidade financeira para fazer frente a seus passivos não circulantes. Uma das principais estratégias utilizadas para gerir os passivos de longo prazo é chamada de *pre-funding*, ou seja, a Companhia antecipa-se nas necessidades de caixa para o horizonte de 12 meses e prioriza a liquidez de caixa.

O índice de liquidez geral da Companhia tem apresentado queda nos no exercício de 2022, ano que atingira 0,800, em relação ao exercício de 2021: 0,824 (queda de 0,024).

Para informações mais detalhadas sobre as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia, vide alínea (f) deste item 2.1.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas;

As principais fontes de recursos provêm do funcionamento da geração de dinheiro e financiamento.

Durante o ano de 2022, as subsidiárias da CPFL Energia trouxeram financiamentos principalmente para financiar investimentos nos nossos segmentos de geração, transmissão e distribuição, bem como para reforçar o capital de exploração das empresas.

Foram contratados novos financiamentos para investimento com instituições financeiras ao abrigo de linhas de crédito estrangeiras e novas emissões de debêntures.

A política de liquidez do Grupo CPFL baseia-se na detenção de fundos para cobrir as obrigações de curto prazo estabelecidas no cenário base, considerando a execução do plano de financiamento das necessidades de tesouraria para o ano em curso. Se houver uma necessidade adicional de numerário, a CPFL tem acesso fácil ao mercado de capitais para angariar fundos para cobrir estas necessidades adicionais.

Ao aplicar esta estratégia, pretendemos reduzir a exposição futura da CPFL Energia ao fluxo de caixa e a sua exposição ao risco de taxa de juro, bem como manter o seu nível de liquidez e o seu perfil de dívida através de ações de refinanciamento da dívida e redução dos custos.

Para mais informações sobre as fontes de financiamento utilizadas pela Empresa, ver linha (f) deste item 2.1.

Endividamento

O endividamento total apresentou um aumento de R\$ 3.251 milhões, ou 13%, de 31 de dezembro de 2021 para 31 de dezembro de 2022, principalmente pela captação de recursos por meio de contratação de novos empréstimos, em moeda nacional (R\$ 2.979 milhões) e estrangeira (R\$ 871 milhões), emissão de debêntures (R\$ 7.542 milhões) e atualização monetária/cambial, este último na ordem de R\$ 1.246 milhões. Os aumentos mencionados foram parcialmente compensados pela amortização de seus endividamentos e encargos (R\$ 9.761 milhões).

As principais captações foram:

- Captação, em dívida em moeda nacional, com taxas de juros atreladas a indicadores financeiros IPCA e CDI, pelas nossas subsidiárias CPFL Paulista (R\$ 911 milhões), CPFL Piratininga (R\$ 85 milhões), CPFL Santa Cruz (R\$ 49 milhões), RGE (R\$ 297 milhões), CPFL Geração (R\$ 378 milhões), CPFL Renováveis (R\$ 60 milhões), Cone Sul (R\$ 1.177 milhões) e Transmissão Maracanaú (R\$ 22 milhões). Além dos endividamentos em moeda nacional, destacam-se as dívidas captadas em moeda estrangeira (em

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

específico, dólar) pelas subsidiárias CPFL Paulista (R\$ 197 milhões), CPFL Piratininga (R\$ 119 milhões), CPFL Santa Cruz (R\$ 89 milhões), CPFL Brasil (R\$ 172 milhões) e CPFL Renováveis (R\$ 294 milhões); e

- Emissão de novas dívidas denominadas (debêntures), em reais, no valor de R\$ 3.942 milhões pela CPFL Paulista, R\$ 584 milhões pela CPFL Piratininga, R\$ 1.593 milhões pela RGE, R\$ 489 milhões na CPFL Geração e R\$ 960 milhões na CPFL-T, totalizando quase R\$ 8 bilhões.
- As captações mencionadas acima foram realizadas para planos de investimentos, pagamentos e refinanciamentos de dívidas e reforço de capital de giro.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez;

As principais fontes de recursos provêm do funcionamento da geração de dinheiro e financiamento.

Durante o ano de 2022, as subsidiárias da CPFL Energia trouxeram financiamentos principalmente para financiar investimentos nos nossos segmentos de geração, transmissão e distribuição, bem como para reforçar o capital de exploração das empresas.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Em 31 de dezembro de 2022, nosso endividamento total (incluindo mútuo, encargos e excluindo derivativos) era de R\$28.185 milhões. Deste total, aproximadamente R\$ 6.233 milhões, ou 22,1%, estavam expressos em moeda estrangeira, contemplando dólares norte-americanos e euros. Foram contratadas operações de swap de modo a reduzir nossa exposição às taxas de câmbio que decorrem de parte dessas obrigações. O montante de R\$ 4.686 milhões de nosso endividamento tem vencimento em 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2021, nosso endividamento total (incluindo encargos e excluindo derivativos) era de R\$ 24.934 milhões. Deste total, aproximadamente R\$ 7.768 milhões ou 31,2% estavam expressos em moeda estrangeira, contemplando dólares norte-americanos e euros. Foram contratadas operações de swap de modo a reduzir nossa exposição às taxas de câmbio que decorrem de parte dessas obrigações. O montante de R\$ 4.035 milhões de nosso endividamento tem vencimento em 12 meses.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Principais Contratos de Financiamentos

Nossas categorias de endividamento são como segue:

Pós fixado. Em 31 de dezembro de 2022, havia empréstimos pós fixados, totalizando R\$ 6.992 milhões, sendo os índices IPCA e TJLP (R\$ 5.851 milhões), CDI (R\$ 1.165 milhões) e outros financiamentos (R\$ 13 milhões). Esses empréstimos são denominados em reais. A parte mais significativa desses empréstimos são relacionados a: (i) IPCA em nossas distribuidoras CPFL Paulista, CPFL Piratininga, CPFL Santa Cruz e RGE Sul (R\$ 5.172 milhões) e (ii) empréstimos vinculados a CDI da CPFL Paulista e CPFL Geração (R\$ 1.110 milhões).

Pré-fixado. Em 31 de dezembro de 2022, havia diversos empréstimos pré-fixados totalizando R\$ 579 milhões. Esses empréstimos são denominados em reais. A parte mais significativa desses empréstimos são da CPFL Piratininga, CPFL Serviços e CPFL Piracicaba.

Debêntures. Em 31 de dezembro de 2022, havia debêntures totalizando R\$ 11.615 milhões, sendo várias séries emitidas pela CPFL Paulista (R\$ 4.612 milhões), CPFL Piratininga (R\$ 1.481 milhões), RGE (R\$ 3.457 milhões), CPFL Santa Cruz (R\$ 373 milhões), CPFL Geração (R\$ 772 milhões) e CPFL Renováveis (R\$ 165 milhões). As condições das debêntures estão sumarizadas na nota 19 de nossas demonstrações financeiras.

Dívidas denominadas em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2022, possuíamos o equivalente a R\$ 6.233 milhões de outras dívidas denominadas em moeda estrangeira, compostos

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

por dólares norte-americanos e Euros (USD 939 milhões ou R\$ 4.899 milhões) e (EUR 374 milhões ou R\$ 1.615 milhões). Contratamos swap visando reduzir nossa exposição a taxas de câmbio decorrentes dessas obrigações.

Para mais detalhes sobre nossos empréstimos, debêntures e derivativos, ver as notas 18 e 19 das nossas demonstrações financeiras consolidadas.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Na data da apresentação deste Formulário de Referência, não havia outras relações de longo prazo com instituições financeiras, além das descritas no item (i) acima.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação entre as dívidas da Companhia, observado que determinadas dívidas foram contratadas com garantia real e, portanto, têm preferência sobre outras dívidas da Companhia em caso de falência até o limite da garantia real constituída.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Condições restritivas dos empréstimos

Os empréstimos e financiamentos obtidos pelas empresas do Grupo exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2022.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.
- Patrimônio líquido dividido pelo patrimônio líquido mais dívida líquida maior ou igual a 0,28.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.

Índices exigidos na demonstração financeira individual da subsidiária da CPFL Renováveis, detentora do contrato

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a 1,2.
- Índice de Capitalização Própria maior ou igual a 30%.

Índices exigidos na demonstração financeira individual das subsidiárias de distribuição, detentora do contrato

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 4,0.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Índice exigido nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power Participações S.A. ("State Grid Brazil")

- Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total (desconsiderando os efeitos do IFRIC 12/OCPC 01) maior ou igual a 0,3.

A definição de EBITDA na Companhia para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela Companhia naquelas empresas (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração do Grupo, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2022.

Condições restritivas das debêntures

As debêntures emitidas pelas empresas do Grupo exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2022.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração do Grupo, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2022.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Os percentuais utilizados dos nossos financiamentos já contratados, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, estão apresentados nas tabelas abaixo:

| <u>Modalidade</u> | <u>Aprovação</u> | <u>Empresa</u> | <u>Limites contratados</u> | <u>Percentual utilizado</u> |
|--------------------|------------------|---------------------|----------------------------|-----------------------------|
| BNDES Finem | 2020 | CPFL Paulista | 1.315.507 | 100% |
| BNDES Finem | 2020 | CPFL Piratininga | 424.487 | 100% |
| BNDES Finem | 2020 | RGE | 244.385 | 100% |
| BNDES Finem | 2020 | CPFL Santa Cruz | 1.485.619 | 100% |
| BNDES Finem | 2020 | CPFL Renováveis | 221.936 | 27% |
| BNB FNE | 2018 | CPFL Maracanaú | 42.422 | 100% |
| BNB FNE | 2019 | SPE Costa das Dunas | 70.482 | 89% |
| BNB FNE | 2020 | SPE Farol de Touros | 61.672 | 90% |
| BNB FNE | 2020 | SPE Figueira Branca | 26.430 | 87% |
| BNB FNE | 2020 | SPE Gameleira | 44.051 | 85% |

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Nossa administração apresenta as demonstrações de resultado consolidados referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 com a demonstração de todas as variações e comentários sobre as mais relevantes.

Comentários sobre as variações mais relevantes da Demonstração de Resultado:

| | Demonstração do Resultado Consolidado (em milhões de reais) | | | | 2021 |
|--|---|----------------|----------------|---------------|----------------|
| | 2022 | AH% | AH-R\$ | AV% | |
| Receita operacional líquida | 39.354 | 0,4% | 144 | 100,0% | 39.210 |
| Custo do serviço de energia elétrica | (18.070) | 21,8% | 5.037 | -45,9% | (23.107) |
| Custo com energia elétrica | (13.697) | 24,0% | 4.325 | -34,8% | (18.022) |
| Encargo do uso do sist de transm distrib | (4.374) | 14,0% | 711 | -11,1% | (5.085) |
| Custo de operação | (4.086) | -23,0% | (765) | -10,4% | (3.321) |
| Custo de construção de infraestrutura | (5.394) | -53,3% | (1.875) | -13,7% | (3.519) |
| Despesas operacionais | (2.067) | 12,9% | 306 | -5,3% | (2.373) |
| Custos e despesas operacionais | (6.153) | -8,1% | (459) | -15,6% | (5.694) |
| Pessoal | (2.038) | -23,3% | (385) | -5,2% | (1.653) |
| Entidade de previdência privada | (338) | -48,9% | (111) | -0,9% | (227) |
| Material | (465) | -31,0% | (110) | -1,2% | (355) |
| Serviço de terceiros | (735) | -9,9% | (66) | -1,9% | (669) |
| Depreciação e amortização | (1.714) | -18,0% | (261) | -4,4% | (1.453) |
| Outros | (863) | 35,5% | 474 | -2,2% | (1.337) |
| Resultado do serviço | 9.740 | 41,4% | 2.854 | 24,7% | 6.886 |
| Equivalência patrimonial | 491 | -5,8% | (30) | 1,2% | 521 |
| Resultado financeiro | (2.911) | -267,6% | (2.119) | -7,4% | (792) |
| Receitas financeiras | 2.154 | 91,5% | 1.029 | 5,5% | 1.125 |
| Despesas financeiras | (5.065) | -164,1% | (3.147) | -12,9% | (1.918) |
| Resultado antes dos tributos | 7.320 | 10,7% | 705 | 18,6% | 6.615 |
| Contribuição social | (561) | -17,4% | (83) | -1,4% | (478) |
| Imposto de renda | (1.540) | -19,9% | (256) | -3,9% | (1.284) |
| Lucro Líquido | 5.219 | 7,5% | 365 | 13,3% | 4.854 |
| Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores | 5.100 | 7,4% | 352 | 13,0% | 4.748 |
| Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores | 119 | 12,3% | 13 | 0,3% | 106 |

- Receita operacional líquida:**

A receita operacional líquida corresponde a receita de operações com energia elétrica, outras receitas operacionais e as deduções da receita operacional (impostos e contribuições setoriais). Abaixo demonstramos quadro comparativo das receitas em 2022 e 2021.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

| | 2022 | | | 2021 | |
|--|-----------------|---------------|---------------|-----------------|---------------|
| | R\$ | GWh | AH % | R\$ | GWh |
| Receita Operacional Líquida | | | | | |
| Residencial | 17.530 | 20.922 | -6,5% | 18.745 | 21.051 |
| Industrial | 4.158 | 8.176 | -12,3% | 4.743 | 10.460 |
| Comercial | 6.627 | 9.177 | -3,1% | 6.838 | 9.751 |
| Rural | 1.859 | 2.886 | -4,2% | 1.941 | 3.236 |
| Poderes Públicos | 1.058 | 1.310 | 9,1% | 970 | 1.243 |
| Iluminação Pública | 977 | 1.975 | -8,2% | 1.064 | 2.007 |
| Serviço Público | 1.249 | 1.753 | -9,7% | 1.383 | 2.103 |
| Fornecimento Faturado | 33.458 | 46.199 | -6,2% | 35.685 | 49.851 |
| Consumo Próprio | - | 35 | 0,0% | - | 34 |
| Fornecimento Não Faturado (Líquido) | 82 | | -134,9% | (235) | |
| (-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo | (14.832) | | -0,9% | (14.970) | |
| Fornecimento de Energia Elétrica | 18.708 | 46.234 | -8,7% | 20.480 | 49.885 |
| Furnas Centrais Elétricas S.A. | 918 | 2.394 | 17,7% | 780 | 3.111 |
| Outras Concessionárias e Permissionárias | 3.597 | 12.692 | 7,6% | 3.342 | 11.720 |
| (-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao con. | (165) | - | 11,5% | (148) | - |
| Energia Elétrica de Curto Prazo | 583 | 10.667 | -65,6% | 1.696 | 6.914 |
| Suprimento de Energia Elétrica | 4.933 | 25.753 | -13,0% | 5.670 | 21.745 |
| Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo | 14.997 | | -0,8% | 15.118 | |
| Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre | 5.190 | | 6,9% | 4.855 | |
| (-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos | (111) | | 0,0% | (96) | |
| Receita de construção da infraestrutura de concessão | 5.357 | | 61,7% | 3.313 | |
| Ativo e passivo financeiro setorial | 89 | | -97,2% | 3.171 | |
| Atualização do ativo financeiro da concessão | 1.401 | | 20,3% | 1.165 | |
| Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários - limi | 1.926 | | 19,6% | 1.610 | |
| Outras receitas e rendas | 2.160 | | 104,7% | 1.055 | |
| Outras Receitas Operacionais | 31.009 | | 2,7% | 30.191 | |
| Receita Operacional Bruta | 54.651 | | -3,0% | 56.341 | |
| ICMS | (5.387) | | -33,4% | (8.094) | |
| PIS | (664) | | -13,2% | (765) | |
| COFINS | (3.138) | | -11,1% | (3.528) | |
| ISS | (33) | | 17,9% | (28) | |
| Reserva Global De Reversão - RGR | (2) | | 0,0% | (1) | |
| Conta Desenv Energético - CDE | (5.720) | | 53,1% | (3.736) | |
| Programa de P & D e Eficiência Energética | (278) | | -6,7% | (298) | |
| PROINFA | (326) | | 53,1% | (213) | |
| Bandeiras tarifárias e outros | 328 | | -179,6% | (412) | |
| Compensação financeira pela utilização de recursos Hídricos - CFURH | (17) | | 112,5% | (8) | |
| Outros | (58) | | 0,0% | (47) | |
| Deduções das Receitas | (15.296) | | -10,7% | (17.131) | |
| Receita Operacional Líquida | 39.354 | | 0,4% | 39.210 | |

Receita Operacional Líquida

Em comparação com o ano encerrado em 31 de dezembro de 2021, nossa receita operacional líquida aumentou 0,4% (ou R\$ 144 milhões) de modo que encerramos o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 com receita operacional líquida de R\$ 39.354 milhões.

Esse aumento na receita operacional deveu-se principalmente ao efeito combinado de: (i) aumento na receita de construção de infraestrutura da concessão na ordem de R\$ 2.044 milhões; (ii) redução das deduções das receitas, em R\$ 1.835 milhões, principalmente do ICMS incidente sobre seu faturamento; e (iii) aumento em “Outras receitas operacionais”, em R\$ 818 milhões, este, em grande parte, decorrente de receita das operações das transmissoras do grupo CPFL, em específico remuneração e atualização do ativo contratual e Revisão Tarifária Periódica - RTP.

Tais aumentos foram parcialmente compensados pela (i) redução, em R\$ 1.772 milhões, das vendas de energia elétrica a Consumidores Finais (valor líquido, considerando a reclassificação para taxa de uso da rede – TUSD – Consumidores Cativos); e (ii) redução da receita, em R\$ 3.082 milhões, de ativos e passivos financeiros setoriais. A discussão a seguir descreve mudanças em nossa receita operacional líquida por destino e por segmento, com base nos itens que compõem nossa receita bruta.

Vendas por destino

Vendas a consumidores finais

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em comparação ao ano encerrado em 31 de dezembro de 2021, nossa receita operacional bruta de vendas para Consumidores Finais (que inclui receita de TUSD de Consumidores Cativos) reduziu 6,2% (ou R\$ 2.227 milhões) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, para R\$ 33.458 milhões. Nossas receitas operacionais brutas refletem principalmente as vendas a Consumidores Cativos nas áreas de concessão de nossas subsidiárias de distribuição, bem como a receita TUSD do uso de nossa rede por Consumidores Cativos, ambas sujeitas a reajuste tarifário, conforme descrito abaixo. Nossa receita operacional bruta também reflete as vendas para Consumidores Livres nas categorias comercial e industrial.

As tarifas das empresas de distribuição são ajustadas todos os anos, em porcentagens específicas para cada categoria de consumidor. O mês em que o reajuste tarifário anual se torna efetivo varia de acordo com a subsidiária, impactando tanto o ano em que o reajuste tarifário ocorre como o ano seguinte. Os ajustes para nossas maiores subsidiárias ocorrem em abril (CPFL Paulista), junho (RGE Sul) e outubro (CPFL Piratininga).

Em 2021, nossos reajustes tarifários foram de 21,07%, 12,77%, 8,72% e 7,82% para a CPFL Piratininga, CPFL Paulista, RGE e CPFL Santa Cruz respectivamente. A bandeira de escassez hídrica estivera em vigor por, aproximadamente, um terço do exercício de 2022, enquanto no período remanescente do exercício vigorava bandeira verde. Para mais informações, consulte a Nota 27 de nossas demonstrações financeiras anuais consolidadas e auditadas. No geral, os preços médios para consumidores finais em 2022 tiveram maior elevação, em relação ao exercício de 2021, para as classes Industrial, Rural e Serviço Público.

- Consumidores residenciais e comerciais. Com relação aos Consumidores Cativos (que representam 97,9% do total de R\$ 24.157 milhões vendidos para esta categoria em nossas demonstrações consolidadas), os preços médios reduziram em 5,9% para consumidores residenciais e 1,5% para consumidores comerciais. Com relação aos Consumidores Livres, o preço médio para os consumidores comerciais aumentou em 14,5%.
- Consumidores industriais. Com relação aos consumidores cativos, os preços médios aumentaram 0,5%. Com relação aos Consumidores Livres, o preço médio para consumidores industriais aumentou 13,5% devido a novas negociações tarifárias em acordos com Consumidores Livres.

O volume total de energia vendida aos consumidores finais no ano encerrado em 31 de dezembro de 2022 reduziu 7,3% (ou 3.652 GW) em comparação com 2021. Essa redução representa o efeito de uma diminuição de 2,4% (ou 987 GW) na quantidade de energia vendida a Consumidores Cativos Finais e redução de 30,3% (ou 2.628 GW) na quantidade de energia vendida a Consumidores Livres Convencionais.

A quantidade vendida para as categorias residencial e comercial, responsável por 65,2% de nossas vendas a Consumidores Finais, reduziu 0,61% (ou 129 GW) e 5,88% (ou 574 GW), respectivamente. Essas mudanças foram devidas ao efeito combinado de:

- Residencial: redução de 0,61% (ou 129 GW) no volume vendido por nossas subsidiárias de distribuição para a categoria residencial refletindo principalmente o incremento de MMGD (Micro e Minigeração Distribuída) e a volta da mobilidade, após a pandemia da Covid-19. Esses impactos foram parcialmente compensados pelo incremento de unidades consumidoras em 2022 em relação a 2021 e efeito positivo de temperatura.
- Comercial: uma redução de 5,88% (ou 574 GW) devido a respectivamente, refletindo o fraco desempenho econômico no ano, incremento de MMGD e as migrações dos clientes cativos para o mercado livre.

A quantidade de energia vendida a consumidores industriais, que representou 17,7% de nossas vendas a consumidores finais em 2022 (comparado a 21% em 2021), diminuiu 21,84% (ou 2.284 GW) no ano encerrado em 31 de dezembro de 2022 em comparação ao ano encerrado 31 de dezembro de 2021. Essa queda deveu-se principalmente a (i) uma queda de 391 GWh na quantidade vendida para Consumidores Cativos atendidos por nossas subsidiárias de distribuição e (ii) uma queda de 467 GWh na migração de consumidores industriais do mercado cativo para o mercado livre. Análogo aos consumidores Comerciais, a redução é reflexo do fraco desempenho econômico do exercício, incremento de MMGD e migração de clientes do mercado cativo para o mercado livre.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Suprimento de energia elétrica

Em comparação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, nossa receita operacional bruta de vendas a atacadistas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 reduziu 13,0% (ou R\$ 737 milhões) atingindo o montante de R\$ 4.933 milhões (9,0% da receita operacional bruta), devido principalmente (i) um aumento de 7,6% (ou R\$ 255 milhões) nas receitas de outras concessionárias e licenciadas; (ii) redução de 65,6% (ou R\$ 1.113 milhões) nas vendas de energia no mercado de curto prazo; e (iii) aumento de 17,7% (ou R\$ 138 milhões) nas vendas para Furnas.

Outras receitas operacionais

Em comparação com o ano encerrado em 31 de dezembro de 2021, nossas outras receitas operacionais brutas (que excluem a receita de TUSD de consumidores cativos) aumentaram 6,2% (ou R\$ 939 milhões) atingindo o valor de R\$ 16.012 milhões no ano encerrado em 31 de dezembro de 2022 (29,3% de nossa receita operacional bruta), principalmente devido ao efeito líquido de:

- (i) redução de R\$ 3.082 milhões na receita de ativos e passivos financeiros setoriais, passando de uma receita de R\$ 3.171 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 89 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. A receita reflete diferenças no tempo entre nossos custos orçados incluídos na tarifa no início do período tarifário e os custos efetivamente incorridos pelas Companhias de distribuição enquanto essa tarifa está em vigor, criando uma obrigação contratual de pagar para ou ter direito a receber de consumidores mediante tarifas subsequentes ou para pagar ou receber do poder concedente quaisquer valores remanescentes no vencimento da concessão. Isso leva a um ajuste para reconhecer a futura redução (ou aumento) das tarifas para contabilizar custos mais baixos (ou adicionais) no ano atual, sendo esse ajuste reconhecido como um item de receita positivo (ou negativo). A redução deste item em 31 de dezembro de 2022 foi impulsionada principalmente por (a) redução de R\$ 960 milhões no Repasse de Itaipu, (b) redução de R\$ 1.603 milhões nos custos de energia elétrica; e (c) redução de R\$ 1.644 milhões nos encargos ESS (Encargo do serviço do sistema) e EER (Encargo de energia de reserva); os quais são parcialmente compensados por (a) aumento de R\$ 1.498 milhões na sobrecontratação, e (b) aumento advindo da conta de desenvolvimento energético (CDE) em R\$ 732 milhões. Para mais informações, consulte a Nota 9 de nossas demonstrações financeiras anuais consolidadas auditadas;
- (ii) aumento de R\$ 1.105 milhões em Outras receitas e rendas que, em grande parte, decorrente de receita das operações das transmissoras do grupo CPFL, em específico remuneração e atualização do ativo contratual e Revisão Tarifária Periódica - RTP; e
- (iii) aumento, combinado, de R\$ 552 milhões na receita atualização do ativo financeiro da concessão e aporte CDE.

Deduções de receitas operacionais

Deduzimos certos impostos e encargos do setor de nossa receita operacional bruta para calcular a receita líquida. O imposto de ICMS é calculado com base na receita operacional bruta dos consumidores finais (faturados), enquanto os impostos federais de PIS e COFINS são calculados com base na receita operacional bruta total. Os programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética (encargos regulatórios) são calculados com base na receita operacional líquida. Outros encargos regulatórios variam de acordo com o efeito regulatório refletido em nossas tarifas. Essas deduções representaram 28,0% de nossa receita operacional bruta no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 30,4% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. Comparadas com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, essas deduções reduziram 10,7% (ou R\$ 1.835 milhões) reduzindo o valor para R\$ 15.296 milhões em 2022, devido, principalmente, a (i) uma variação de R\$ 2.707 milhões que representa uma redução na rubrica de ICMS de 33,4%, (ii) aumento de 53,1% (ou R\$ 1.984 milhões) no CDE (Conta de Desenvolvimento Energético); e (iii) redução de R\$ 740 milhões em bandeira tarifária.

Custo da energia elétrica

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Eletricidade comprada para revenda. Nossos custos com a compra de energia para revenda reduziram em 24,0% (ou R\$ 4.325 milhões) no ano encerrado em 31 de dezembro de 2022, atingindo o valor de R\$ 13.697 milhões (75,8% de nossos custos operacionais e despesas operacionais) em comparação com R\$ 18.022 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 (representando 78,0% de nossos custos operacionais e despesas operacionais), embora o período apresente uma pequena variação positiva (3,2% ou 2.175 GW de variação entre períodos) na quantidade de energia comprada. A redução no Custo da energia elétrica é reflexo: (i) embora tenha ocorrido aumento na quantidade de energia comprada em leilão no Mercado Regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo (aumento de 2.539 GWh ou 4,51%), a redução no valor da rubrica é reflexo de menor preço médio em 2022 (R\$ 183,40) quando comparado ao do exercício de 2021 (redução de 27,1%); e (ii) redução de 19,9% (ou R\$ 740 milhões) no custo de energia elétrica comprada de Itaipu devido a redução da quantidade de energia comprada combinado a menor preço médio.

Encargos de uso da rede elétrica

Nossos encargos pelo uso de nosso sistema de transmissão e distribuição reduziram 14,0% (ou R\$ 711 milhões) resultando em R\$ 4.374 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, refletindo o efeito da redução de R\$ 1.525 milhões em ESS, líquido de transferências da conta de reserva de energia da CONER. A redução no ESS líquido do repasse do CONER representa principalmente a redução expressiva no custo com segurança energética para fazer frente ao cenário energético mais favorável em 2022.

Outros custos e despesas operacionais

Nossos outros custos e despesas operacionais compreendem nosso custo de operação, serviços recebidos de terceiros, custos relacionados à construção de infraestrutura de concessão, despesas de vendas, despesas gerais e administrativas e outras despesas operacionais.

Comparados ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, nossos outros custos e despesas operacionais aumentaram 25,2% (ou R\$ 2.326 milhões), resultando em R\$ 11.543 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, devido principalmente a: (i) um aumento de 53,2% (ou R\$ 1.871 milhões) com custos relacionados à construção de infraestrutura de concessão; (ii) aumento de 23,3% (ou R\$ 385 milhões) com despesas relacionadas a pessoal; e elevação de R\$ 260 milhões na depreciação e amortização dos ativos do grupo.

Resultado do Serviço

Em comparação com o ano encerrado em 31 de dezembro de 2021, nosso resultado do serviço aumentou 41,4% (ou R\$ 2.854 milhões) resultado em R\$ 9.740 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, principalmente devido ao (i) leve aumento da receita operacional líquida, em termos absolutos (R\$ 144 milhões), combinado a (ii) redução em nosso custo de energia elétrica (R\$ 5.037 milhões).

Lucro líquido

Despesa Financeira Líquida

Comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, nossa despesa financeira líquida aumentou 267,1% (ou R\$ 2.118 milhões), saindo de R\$ 793 milhões em 2021 para R\$ 2.911 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, ocasionado, principalmente, devido a um aumento de R\$ 3.147 milhões (elevação de 164,1% em relação ao período predecessor) nas despesas financeiras compensadas parcialmente por um aumento de R\$ 1.029 milhões nas receitas financeiras (aumento de 91,5%).

O principal motivo do aumento das despesas financeiras é a elevação da despesa advinda de encargos de dívidas (os quais contemplam os efeitos das operações de derivativos) para R\$ 1.629 milhões, e derivativos, R\$ 1.327 milhões.

O aumento da receita financeira deve-se principalmente a maior receita de atualização de crédito fiscal, cujo aumento, em relação ao período do exercício passado, fora de R\$ 572 milhões.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022, tínhamos R\$ 19.149 milhões (em comparação com R\$ 14.648 milhões em 31 de dezembro de 2021) em dívida denominada em reais, que acumulavam ajustes de juros e inflação com base em uma variedade de índices brasileiros e taxas do mercado monetário. A taxa interbancária média do CDI durante o ano aumentou para 12,02% em 2022, em comparação com 4,45% em 2021; e a TJLP média (que foi substituída pela TLP - Taxa de Longo Prazo - nos contratos de financiamento firmados em ou após 1º de janeiro de 2018) aumentou para 6,74% em 2022, em comparação com 4,80% em 2021. Temos o equivalente a R\$ 6.233 milhões (comparado a R\$ 7.768 milhões em 31 de dezembro de 2021) de dívida denominada em moeda estrangeira em dólares e euros. Para reduzir o risco de taxa de câmbio em relação a essa dívida em moeda estrangeira e variações nas taxas de juros, implementamos uma política de uso de derivativos de taxa de câmbio e taxa de juros.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Nossas despesas com imposto de renda e contribuição social aumentou para R\$ 2.101 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 em comparação com R\$ 1.762 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. Nossa taxa efetiva de 28,7% sobre o lucro antes dos impostos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi inferior à taxa oficial de 34%, principalmente devido ao reconhecimento de prejuízos fiscais de exercícios anteriores. Nossos créditos tributários não registrados referem-se a prejuízos fiscais para os quais não é provável que lucros tributáveis futuros sejam suficientes para absorver esses montantes (consulte a Nota 10.5 de nossas demonstrações financeiras anuais consolidadas e auditadas).

Resultado líquido

Comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e devido aos fatores discutidos acima, o lucro líquido aumentou 7,5% (ou R\$ 365 milhões), resultando em R\$ 5.219 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Comentários sobre as variações mais relevantes do Fluxo de Caixa:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

| | Fluxo de Caixa (em milhões de reais) | | | | 2021 |
|--|--------------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2022 | AH% | AH-R\$ | AV% | |
| FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL | | | | | |
| Lucro antes dos tributos | 7.320 | 10,7% | 705 | 195,4% | 6.615 |
| Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais | | | | | |
| Depreciação e amortização | 2.031 | 16,0% | 280 | 54,2% | 1.751 |
| Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas | 287 | 4,7% | 13 | 7,7% | 274 |
| Provisão para devedores duvidosos | 319 | -5,9% | (20) | 8,5% | 339 |
| Encargos de dívida e atualizações monetárias e cambiais | 2.252 | 603,8% | 1.932 | 60,1% | 320 |
| Despesa com plano de pensão | 338 | 35,7% | 89 | 9,0% | 249 |
| Equivalência patrimonial | (491) | 5,9% | 31 | -13,1% | (522) |
| Perda (ganho) na baixa de não circulante | 178 | 13,4% | 21 | 4,8% | 157 |
| Repactuação do risco hidrológico | - | -100,0% | 190 | 0,0% | (190) |
| Efeito de valorização a valor justo de combinação de negócios | (670) | 0,0% | (670) | -17,9% | - |
| Outros | 290 | -869,0% | 327 | 7,7% | (38) |
| | 11.854 | 32,3% | 2.897 | 316,4% | 8.956 |
| Redução (Aumento) nos ativos operacionais | | | | | |
| Consumidores, concessionárias e permissionárias | 144 | -158,5% | 390 | 3,8% | (246) |
| Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos | 498 | 67,7% | 201 | 13,3% | 297 |
| Tributos a compensar | 637 | 4450,0% | 623 | 17,0% | 14 |
| Depósitos judiciais | 207 | 800,0% | 184 | 5,5% | 23 |
| Ativo financeiro setorial | 1.087 | -146,7% | 3.414 | 29,0% | (2.327) |
| Contas a receber - aporte CDE/CCEE | (27) | 42,6% | 20 | -0,7% | (47) |
| Adições de ativo de transmissão | (619) | -56,1% | (222) | -16,5% | (397) |
| Outros ativos operacionais | 555 | -716,7% | 645 | 14,8% | (90) |
| | 2.482 | -189,5% | 5.255 | 66,3% | (2.773) |
| Aumento (Redução) nos passivos operacionais | | | | | |
| Fornecedores | (1.056) | -519,0% | (1.308) | -28,2% | 252 |
| Outros tributos e contribuições sociais | (828) | -1000,0% | (920) | -22,1% | 92 |
| Outras obrigações com entidade de previdência privada | (662) | -69,3% | (271) | -17,7% | (391) |
| Taxas regulamentares | - | -100,0% | (444) | 0,0% | 444 |
| Riscos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos | (224) | -2,3% | (5) | -6,0% | (219) |
| Passivo financeiro setorial | 60 | -110,2% | 648 | 1,6% | (588) |
| Contas a pagar - CDE | 6 | -116,2% | 43 | 0,2% | (37) |
| Outros passivos operacionais | 523 | 114,3% | 279 | 14,0% | 244 |
| | (2.181) | -974,4% | (1.978) | -58,2% | (203) |
| Caixa oriundo das operações | 12.155 | 103,2% | 6.174 | 324,5% | 5.981 |
| Encargos de dívidas e debêntures pagos | (1.463) | -124,4% | (811) | -39,1% | (652) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (1.712) | -16,9% | (247) | -45,7% | (1.465) |
| Caixa líquido oriundo das atividades operacionais | 8.980 | 132,4% | 5.118 | 239,7% | 3.864 |
| Atividades de investimentos | | | | | |
| Aquisição de participação societária, líquido do caixa adquirido | (1.171) | 46,6% | 1.021 | -31,3% | (2.192) |
| Aumento de caixa decorrente de reestruturação societária | 147 | 100,0% | 147 | 3,9% | - |
| Redução de capital em subsidiárias | 267 | 100,0% | 267 | 7,1% | - |
| Aquisições de imobilizado | (374) | 30,5% | 164 | -10,0% | (538) |
| Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicaç | (1.152) | -275,2% | (845) | -30,8% | (307) |
| Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgate | 837 | -50,1% | (839) | 22,3% | 1.676 |
| Adições de ativo contratual | (4.791) | -58,2% | (1.763) | -127,9% | (3.028) |
| Adições de intangível | (21) | 44,7% | 17 | -0,6% | (38) |
| Outros | - | -100,0% | (220) | 0,0% | 220 |
| Utilização de caixa em atividades de investimentos | (6.259) | -48,8% | (2.052) | -167,1% | (4.207) |
| Atividades de financiamentos | | | | | |
| Captação de empréstimos e debêntures | 11.392 | 86,1% | 5.271 | 304,1% | 6.121 |
| Amortização de principal de empréstimos e debêntures, líquida de de | (8.208) | -105,4% | (4.211) | -219,1% | (3.997) |
| Liquidação de operações com derivativos | (486) | -160,8% | (1.286) | -13,0% | 800 |
| Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos | (3.872) | 9,9% | 426 | -103,4% | (4.298) |
| Geração (Utilização) de caixa em atividades de financiamentos | (1.174) | 14,6% | 200 | -31,3% | (1.374) |
| Aumento (Redução) em caixa e equivalentes de caixa | 1.546 | -189,9% | 3.265 | 41,3% | (1.719) |
| Saldo inicial em caixa e equivalentes de caixa | 2.200 | -43,9% | (1.719) | 58,7% | 3.919 |
| Saldo final em caixa e equivalentes de caixa | 3.746 | 70,3% | 1.546 | 100,0% | 2.200 |

Caixa líquido oriundo das operações

Em comparação com o ano encerrado em 31 de dezembro de 2021, nosso caixa líquido oriundo das atividades operacionais aumentou 132,4% (ou R\$ 5.118 milhões), resultando em R\$ 8.980 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Este aumento é decorrente, principalmente, de:

- Lucro antes dos tributos ajustado: aumento de 32,3% (ou R\$ 2.897 milhões) em relação ao exercício de 2021, atingindo em 2022 o montante de R\$ 11.854 milhões. Esta elevação deve-se, sobretudo, pelos aumentos (i) da linha de lucros antes dos tributos em R\$ 705 milhões (conforme discutido em "Comentários sobre as variações mais relevantes da Demonstração de Resultado" acima); e (ii) de encargos de dívida e atualizações monetárias e cambiais em 603,8% (ou R\$ 1.932 milhões). Este aumento fora parcialmente compensado pelo efeito de valorização a valor justo de combinação de negócios, em R\$ 670 milhões, o qual se refere ao ganho pela

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

remensuração da participação societária anterior à aquisição de maior percentual de participação da joint venture ENERCAN;

- Redução (Aumento) nos ativos operacionais: aumento de R\$ 5.255 milhões em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, referente, principalmente, ao aumento na linha de ativo financeiro setorial em R\$ 3.414 milhões (este, por sua vez, devido a redução dos itens da CVA e devoluções de créditos de PIS e COFINS); além de acréscimos, em menor proporção, (i) em tributos a compensar (R\$ 623 milhões); (ii) consumidores, concessionárias e permissionárias em R\$ 390 milhões, e (iii) outros ativos operacionais em R\$ 645 milhões.

A elevação mencionada fora parcialmente compensada pelo:

- Aumento (Redução) nos passivos operacionais: Redução na ordem de R\$ 1.978 milhões, em comparação ao exercício de 2021, decorrente, essencialmente, dos efeitos (i) de menor saldo devedor a fornecedores (diminuição em, aproximadamente, R\$ 1.308 milhões); e (ii) diminuição de outros tributos e contribuições sociais.

Utilização de caixa em atividades de investimentos

Observa-se, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, um aumento de 48,8% (ou R\$ 2.052 milhões) na utilização de caixa em atividades de investimentos, o qual, ao fim de 2022, atingira o montante de R\$ 6.259 milhões. O aumento mencionado é decorrente, principalmente, de (i) aumento de 58,2% (ou R\$ 1.763 milhões) em adições do ativo contratual, este referente às adições aos ativos de infraestrutura da concessão nos segmentos de distribuição e transmissão, além da atualização de "Receita Anual Permitida - RAP" e remuneração dos ativos, estes últimos com impacto apenas nas transmissoras; e (ii) aumento em títulos e valores imobiliários, cauções e depósitos vinculados na ordem de R\$ 1.684 milhões, entre aplicações e resgates.

Os efeitos mencionados são parcialmente compensados pela redução na aquisição de participações societárias (líquido de caixa adquirido), visto que o exercício de 2021 contempla aquisição do controle da CPFL-T (aquisição de grande porte do grupo), enquanto no exercício de 2022 houve aquisição de maior participação na joint venture ENERCAN e das demais ações da CPFL-T (obtendo, ao final do exercício, 100% de participação desta última).

Utilização de caixa em atividades de financiamentos

Em relação ao exercício de 2021 (cujo caixa utilizado para atividades de financiamentos fora de R\$ 1.374 milhões), no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 nota-se uma redução no caixa consumido em 14,6% (ou R\$ 200 milhões), atingindo o montante utilizado de R\$ 1.174 milhões. Esta redução é decorrente dos efeitos combinados de captação de empréstimos e debêntures (aumento de R\$ 5.271 milhões); maior pagamentos e liquidações dos empréstimos e debêntures, bem como das operações com derivativos (aumento em R\$ 5.497 milhões); e menor montante pago de dividendos e juros sobre capital próprio (redução de R\$ 426 milhões).

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

A segregação dos segmentos operacionais da Companhia é baseada na estrutura interna das informações financeiras e da Administração, e é efetuada através da segmentação pelos tipos de negócio: atividades de distribuição, geração (o qual contempla as fontes convencionais e renováveis), comercialização, transmissão e serviços.

A rentabilidade dos nossos segmentos é variável. Nosso segmento de distribuição reflete primordialmente as vendas a consumidores cativos e cobrança pelo uso do sistema de distribuição (TUSD) junto a consumidores livres, cujos preços são estabelecidos pelo órgão regulador. A quantidade vendida varia principalmente em função de fatores externos, tais como: temperatura, massa salarial e atividade econômica do país. Este segmento representou 82,3% em 2022 da nossa receita operacional líquida (84,7% em 2021), mas sua contribuição ao lucro líquido foi menor em 2022 em relação ao ano predecessor, representando 45,6% do lucro líquido no ano (59,1% em 2021).

As contribuições dos segmentos de distribuição, geração, comercialização, transmissão e serviços para os segmentos de receita líquida e lucro líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão apresentados na tabela a seguir:

| | <u>Distribuição</u> | <u>Geração</u> | <u>Comercialização</u> | <u>Transmissão</u> | <u>Serviços</u> |
|-----------------------------|---------------------|----------------|------------------------|--------------------|-----------------|
| 2022 | | | | | |
| Receita operacional líquida | 82,3% | 10,8% | 5,9% | 5,0% | 2,7% |
| Lucro (prejuízo) líquido | 45,6% | 49,8% | -4,7% | 10,7% | 2,2% |
| 2021 | | | | | |
| Receita operacional líquida | 84,8% | 9,9% | 6,5% | 1,6% | 2,2% |
| Lucro (prejuízo) líquido | 59,1% | 45,4% | -1,9% | -2,1% | 2,5% |

Nota: O percentual demonstrado acima considera a receita operacional líquida total do segmento incluindo as transações incorridas entre as empresas do grupo, de forma que a apresentação do segmento reflita corretamente sua participação na receita do grupo antes das eliminações para fins de consolidação.

Nosso segmento de geração consiste, em grande parte, de usinas hidrelétricas parques eólicos e usinas termelétricas, de biomassa e pequenas centrais hidrelétricas. Todas as nossas fontes de geração requerem um elevado investimento em ativos imobilizados, e nos primeiros anos normalmente demandam financiamentos relevantes para construção. A partir do momento em que esses projetos se tornam operacionais, eles resultam em uma margem mais elevada (o percentual da receita operacional na receita bruta) do que a margem do segmento de distribuição; no entanto, contribuem com despesas com juros e custos financeiros mais elevados. Em 31 de dezembro de 2022, 4,9% do imobilizado de nosso segmento de geração estava em construção (3,3% em 31 de dezembro de 2021).

Nosso segmento de comercialização vende energia para consumidores livres e outras concessionárias e permissionárias.

Nosso segmento de transmissão é responsável por construir e operar a infraestrutura de transmissão com o objetivo de transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, de acordo com seus contratos de concessão.

Nosso segmento de serviços presta uma ampla gama de serviços relacionados à energia elétrica. Estes serviços são projetados para ajudar nossos consumidores a melhorar a eficiência, custo e confiabilidade de equipamentos.

Nossos segmentos realizam compras e vendas de energia elétrica e serviços de valor agregado entre eles. Em especial, os segmentos de geração, de comercialização, de transmissão e serviços vendem energia e fornecem serviços para nossas distribuidoras. Em nossas demonstrações consolidadas os resultados das transações inter-segmento são eliminadas. Entretanto, a análise dos resultados individuais dos segmentos seria inadequada e

2.2 Resultados operacional e financeiro

incorreta caso desconsideremos estas operações. Como consequência, as vendas entre os segmentos não foram eliminadas na discussão dos resultados por segmentos.

A partir de 2021, devido à aquisição da CPFL Transmissão, e com o objetivo de atender as normas contábeis vigentes e fornecer mais informações aos usuários das demonstrações financeiras, a Companhia passou a apresentar novo segmento, o de transmissão.

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossa receita operacional é proveniente das atividades de distribuição, geração, comercialização, transmissão e serviços relacionados à energia, conforme abaixo:

- **Distribuição:** consiste, em grande parte, de fornecimento de energia elétrica para clientes cativos, bem como recebimento da tarifa referente ao uso da rede de distribuição;
- **Geração:** consiste na venda da energia gerada por fontes convencionais (hidrelétricas e termelétricas) e por fontes alternativas e renováveis, como PCH's, parques eólicos e termelétricas movidas a biomassa de cana de açúcar;
- **Comercialização:** consiste no fornecimento e suprimento de energia elétrica para clientes livres e venda para outras concessionárias e permissionárias;
- **Transmissão:** consiste na receita de serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, bem como dos serviços de construção das mesmas .
- **Serviços:** consiste na prestação de serviço de valor agregado relacionado à energia elétrica, como sistema de autoprodução, sistema de transmissão, sistema de distribuição, manutenções elétricas, recuperação de equipamentos, eficiência energética dentre outras atividades de prestação de serviço.

Adicionalmente aos nossos cinco segmentos operacionais acima, nós consolidamos um número de atividades conhecidas como "Outros". As atividades consolidadas como "Outros" consistem em CPFL Telecom e nossas despesas corporativas, exceto a amortização dos ativos intangíveis relacionados às nossas concessões, alocada nos nossos respectivos segmentos operacionais.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

- **Resultados por segmento das Operações —2022 em comparação a 2021**

Vendas por segmento

Distribuição

Em comparação com o ano encerrado em 31 de dezembro de 2021, a receita operacional líquida do nosso segmento de distribuição reduziu 2,5% (ou R\$ 836 milhões) resultando em R\$ 32.399 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento fora reflexo, principalmente, da diminuição em R\$ 3.032 milhões em receita operacional bruta devido às seguintes flutuações:

- Redução de R\$ 1.821 milhões na receita advinda de fornecimento de energia elétrica, cujo qual se dera, pela combinação da diminuição de preços médios e quantidade de energia vendida a clientes finais (redução de 3,1% e 5,4%, respectivamente, em relação ao exercício predecessor); e
- Redução de R\$ 3.082 milhões na receita de ativos setoriais.

Essas reduções foram parcialmente compensadas por:

- Aumento na receita de construção da infraestrutura da concessão em 57,9% (ou R\$ 1.737 milhões); e

2.2 Resultados operacional e financeiro

- (ii) Redução nas deduções das receitas (impostos incidentes sobre o faturamento) de R\$ 2.195 milhões (ou 13,3%) impulsionado, principalmente, pela diminuição do ICMS.

Geração

A receita operacional líquida do nosso segmento de geração no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 totalizou R\$ 4.251 milhões, um aumento de 9,3% (ou R\$ 361 milhões) em comparação com R\$ 3.890 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, devido principalmente ao aumento de R\$ 141 milhões de suprimento de energia elétrica de Furnas e R\$ 414 milhões de outras concessionárias e permissionárias. Esse aumento fora parcialmente compensado por redução no fornecimento de energia elétrica no curto prazo, em R\$ 126 milhões.

Comercialização

A receita operacional líquida do nosso segmento de comercialização no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 totalizou R\$ 2.337 milhões, uma redução de 8,6% (ou R\$ 220 milhões) em comparação com R\$ 2.556 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, refletindo o efeito combinado de: (i) redução de 20,1% (ou R\$ 393 milhões) nas vendas de energia elétrica para consumidores finais (decorrente, principalmente, de menor quantidade de energia comprada na classe industrial (1.892 GWh e R\$ 301 milhões); e (ii) aumento nas deduções da receita de R\$ 119 milhões, devido a elevação nos impostos incidentes sobre o faturamento (ICMS, PIS e COFINS); compensados, parcialmente, pelo aumento na receita advinda de outras concessionárias e permissionárias de R\$ 354 milhões.

Transmissão

A receita operacional líquida do nosso segmento de transmissão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 totalizou R\$ 1.963 milhões, um aumento de 219,4% (ou R\$ 1.345 milhões) em comparação com R\$ 620 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, refletindo o efeito combinado de: (i) aumento de 98,1% (ou R\$ 307 milhões) em receita de construção da infraestrutura de concessão; (ii) aumento de 337,4% (ou R\$ 1.636 milhões) em outras receitas; compensados, parcialmente, pelo aumento de impostos incidentes sobre o faturamento na ordem de R\$ 209 milhões. Ressalta-se que o impulso significativo nas receitas do nosso segmento de transmissão deu-se pela aquisição da CPFL Transmissão, operação ocorrida em 14 de outubro de 2021.

Serviços

A receita operacional líquida de nosso segmento de serviços no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 totalizou R\$ 1.044 milhões, um aumento de 20,0% (ou R\$ 174 milhões) em comparação com R\$ 870 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento foi devido principalmente a um aumento de R\$ 166 milhões nas receitas oriundas da CPFL Serviços de serviços de construção e manutenção; compensadas parcialmente pelas deduções das receitas, mais concentradas no imposto federal, PIS, e municipal, ISS.

Resultado do Serviço de Energia Elétrica por Segmento

Distribuição

Comparado ao ano encerrado em 31 de dezembro de 2021, o resultado do serviço do nosso segmento de distribuição aumentou 21,4% (ou R\$ 1.044 milhões) atingindo R\$ 5.928 milhões no ano encerrado em 31 de dezembro de 2021. Conforme discutido acima, embora a receita operacional líquida do segmento tenha decrescido 2,5% (ou R\$ 836 milhões) e as despesas operacionais tenham elevado em R\$ 2.454 milhões (ou 34,5%), os custos operacionais diminuíram em 20,4% (ou R\$ 4.333 milhões). Os principais fatores contribuintes para as mudanças nos custos e despesas operacionais foram os seguintes:

Custos de energia elétrica. Comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, os custos de energia elétrica diminuíram 20,4% (ou R\$ 4.333 milhões) resultando em R\$ 16.903 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.2 Resultados operacional e financeiro

O custo da energia comprada para revenda diminuiu 24,0% (ou R\$ 3.880 milhões), refletindo, principalmente, o efeito da redução de 27,7% (ou R\$ 3.803 milhões) no custo da energia elétrica comprada através de um leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo, que, embora tenha tido um aumento na quantidade de energia comprada em 596 GWh (ou 1,33%), o preço médio caíra de R\$ 306,80 por GWh, no exercício de 2021, para R\$ 218,70 por GWh (redução de 28,7%). Além do efeito mencionado, houve redução dos custos de energia comprada para revenda de Itaipu Binacional em 19,9% (ou R\$ 740 milhões de reais) decorrente de menor quantidade de energia adquirida no período, sendo este compensado parcialmente por (i) aumento da rubrica de PROINFA em R\$ 240 milhões, e (ii) redução dos créditos de PIS e COFINS em 23,7% (ou R\$ 374 milhões).

Além disso, os encargos pelo uso do sistema de transmissão e distribuição reduziram 9,0% (ou R\$ 453 milhões), atingindo R\$ 4.606 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, devido ao efeito combinado de: redução de R\$ 1.531 milhões nos Encargos de Serviço do Sistema líquido de transferência da conta de reserva de energia da CONER; compensado parcialmente pelo (i) aumento de R\$ 472 milhões nos encargos de rede básica, e (ii) aumento, em 315,4% (ou R\$ 533 milhões), nos encargos de energia reserva - EER.

Outros custos e despesas operacionais. Comparados ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, nossos outros custos e despesas operacionais para o segmento de distribuição aumentaram 37,3% (ou R\$ 2.307 milhões), para R\$ 8.498 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento foi devido ao efeito combinado do: (i) aumento de 57,9% (ou R\$ 1.737 milhões) nos custos relacionados à construção da infraestrutura da concessão; (ii) aumento de R\$ 277 milhões nas despesas legais, judiciais e indenizações; e (iii) aumento de 12,3% (ou R\$ 124 milhões) nas despesas de pessoal.

Geração

Em comparação com o ano encerrado em 31 de dezembro de 2021, o resultado do serviço do nosso segmento de geração aumentou 44,4% (ou R\$ 921 milhões) resultando em R\$ 2.994 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento foi decorrente da combinação dos efeitos (i) um aumento de 9,3% (ou R\$ 744 milhões) na receita operacional líquida (conforme discutido em "Vendas por segmento" acima); e (ii) redução nas despesas operacionais em R\$ 620 milhões, este último decorrente, principalmente, de remensuração dos ativos da joint venture ENERCAN, após aquisição de maior percentual de participação (apresentando um ganho de, aproximadamente, R\$ 670 milhões na rubrica de "Outros custos e despesas operacionais"); compensado pelo aumento de 8,1% (ou R\$ 41 milhões) no custo de energia.

Comercialização

Em comparação com o ano encerrado em 31 de dezembro de 2021, o resultado do serviço do nosso segmento de comercialização aumentou R\$ 12 milhões resultando em despesa de R\$ 92 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento foi decorrente do efeito líquido de: (i) uma redução de 8,6% (ou R\$ 220 milhões) na receita operacional líquida do segmento, conforme discutido em "Vendas por segmento" acima; com efeito de (ii) redução de 8,1% (ou R\$ 209 milhões) no custo de energia elétrica; e (iii) redução de R\$ 24 milhões em outros custos e despesas operacionais.

Transmissão

Em comparação com o ano encerrado em 31 de dezembro de 2021, o resultado do serviço do nosso segmento de transmissão aumentou R\$ 917 milhões resultando em receita de R\$ 890 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento foi decorrente do efeito líquido de: (i) aumento de R\$ 1.360 milhões na receita operacional líquida do segmento, conforme discutido em "Vendas por segmento" acima; com efeito de (ii) aumento de R\$ 413 milhões em outros custos e despesas operacionais (em específico nos custos de construção da infraestrutura e pessoal, cuja elevação se dera pela aquisição da CPFL Transmissão, que, conforme mencionado anteriormente, fora uma operação ocorrida em 14 de outubro de 2021, e, portanto, o exercício de 2022 passa a contar com o resultado total da controlada mencionada.

Serviços

2.2 Resultados operacional e financeiro

Comparado ao ano encerrado em 31 de dezembro de 2021, o resultado do serviço do nosso segmento de serviços reduziu 7,5% (ou R\$ 12 milhões) resultando em R\$ 147 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Essa redução foi devido ao efeito combinado de um aumento de 20,0% (ou R\$ 174 milhões) na receita operacional líquida, conforme discutido em "Vendas por segmento" acima, em contrapartida a aumento de R\$ 166 milhões em seus custos e despesas.

Lucro Líquido por Segmento

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, 45,6% de nosso lucro líquido deriva de nosso segmento de distribuição, 49,8% da geração consolidado, 2,2% de nosso segmento de serviços, e 10,7% de nosso segmento de transmissão, sendo estes compensados por prejuízo no segmento de comercialização, cujo prejuízo representa 4,7%.

Distribuição

Comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, o lucro líquido do nosso segmento de distribuição reduziu 17,1% (ou R\$ 490 milhões) resultando em R\$ 2.378 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Tal variação é derivada principalmente: (i) redução de 2,5% (ou R\$ 836 milhões) em receita operacional líquida (conforme discutido em "Vendas por segmento" acima); (ii) aumento de R\$ 1.484 milhões na despesa financeira líquida; compensado, parcialmente, pela redução de R\$ 1.879 milhões nos custos e despesas operacionais (conforme discutido em "Resultado do Serviço por Segmento" acima).

O aumento na despesa financeira líquida do segmento deveu-se principalmente a: (i) aumento de 166,4% (ou R\$ 2.368 milhões) nas despesas financeiras devido ao efeito combinado de: (a) aumento de R\$ 1.364 milhões em derivativos; (b) aumento de R\$ 1.954 milhões em encargos de dívidas e outros; compensados, parcialmente, por (c) redução nos ajustes de atualizações monetárias e cambiais passivas (R\$ 939 milhões). Tal aumento nas despesas financeiras foram parcialmente supridos pelo (ii) aumento de 102,8% (ou R\$ 884 milhões) na receita financeira, derivado, principalmente do (a) aumento de R\$ 601 milhões em atualização de créditos fiscais; e (b) aumento de R\$ 302 milhões de atualização de ativo financeiro setorial.

Geração (fontes convencionais e fontes renováveis)

O lucro líquido de nossa geração do segmento de fontes convencionais aumentou 18,0% (ou R\$ 397 milhões), resultando em R\$ 2.599 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando comparado ao lucro líquido de R\$ 2.202 milhões do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento foi devido principalmente ao efeito combinado: (i) aumento da receita operacional líquida do segmento de 9,3% (ou R\$ 361 milhões), conforme descrito nas seções acima; (ii) redução dos custos e despesas operacionais em 44,5% (ou R\$ 570 milhões – conforme descrito em "Resultado do Serviço por Segmento" acima); compensado, parcialmente, pelo (iii) aumento da despesa financeira líquida em R\$ 309 milhões (decorrente de maior despesa financeira dado aumento de encargos de dívidas, derivativos e outros).

Comercialização

Comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, o resultado líquido do nosso segmento de comercialização diminuiu R\$ 150 milhões resultando em prejuízo líquido de R\$ 243 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esse resultado é reflexo, principalmente, do efeito combinado do (i) aumento de R\$ 12 milhões no resultado do exercício (vide "Resultado do Serviço por Segmento" acima) e (ii) aumento da despesa financeira líquida em 679,3% (ou R\$ 197 milhões), este último causado pelo aumento da despesa financeira em R\$ 139 milhões (devido a maior despesa com encargos de dívidas e derivativos) e redução da receita financeira em R\$ 58 milhões (ocasionado menor receita advinda da atualização de créditos fiscais).

Transmissão

Comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 (cujo resultado do período fora de prejuízo líquido de R\$ 104 milhões), o resultado líquido do nosso segmento de transmissão aumentou R\$ 665 milhões

2.2 Resultados operacional e financeiro

resultando em lucro líquido de R\$ 560 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esse resultado é reflexo de (i) aumento na receita operacional líquida de R\$ 1.360 milhões (conforme discutido nas seções acima); em contrapartida a um aumento dos custos e despesas operacionais (R\$ 413 milhões). Ademais, também reflete no resultado do segmento transmissão, um aumento de R\$ 35 milhões na despesa financeira líquida.

Serviços

Comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, o lucro líquido do nosso segmento de serviços reduziu 7,6% (ou R\$ 10 milhões), resultando em R\$ 113 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, refletindo os efeitos combinados de: (i) um aumento de 20,0% (ou R\$ 174 milhões) na receita operacional líquida (conforme discutido nas seções acima); compensado pelo (ii) aumento de R\$ 26% (ou R\$ 185 milhões) em custos e despesas operacionais.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Tarifas Reguladas de Distribuição

O resultado das operações é afetado significativamente por mudanças nas tarifas reguladas de energia elétrica. Mais especificamente, a maior parte da receita é derivada da venda de energia elétrica para Consumidores Finais cativos com base em tarifas reguladas. Em 2022, as vendas para consumidores cativos representaram 68,3% da quantidade de energia elétrica vendida, e 58,4% da nossa receita operacional, em comparação com 67,8% e 59,8%, respectivamente, em 2021. Essas proporções podem diminuir se os clientes migrarem da situação de Consumidores Finais Cativos para Consumidores Livres.

As receitas operacionais e margens dependem substancialmente do processo de revisão das tarifas, e a administração empenha-se em manter um relacionamento construtivo com a ANEEL, com o governo e com os demais participantes do mercado, para que o processo de revisão de tarifas reflita adequadamente os interesses dos consumidores e acionistas.

Reajuste Tarifário Anual – RTA e Revisões Periódicas RTP

Os aumentos de tarifas se aplicam de maneira diferenciada para cada classe de consumidores, havendo, em geral, aumentos maiores para consumidores atendidos em tensões mais elevadas, de modo a reduzir os efeitos de subsídios, que foram historicamente concedidos a esses consumidores e que foram em sua maioria eliminados em 2007. A tabela a seguir apresenta o aumento médio em termos percentuais de cada reajuste anual a partir de 2021. O aumento percentual das tarifas deve ser avaliado à luz da taxa da inflação brasileira.

| | <u>CPFL Paulista</u> ⁽³⁾ | <u>CPFL Piratininga</u> ⁽³⁾ | <u>RGE</u> ⁽³⁾ | <u>CPFL Santa Cruz</u> ⁽³⁾ |
|---|-------------------------------------|--|---------------------------|---------------------------------------|
| 2022 | | | | |
| Reposicionamento econômico ⁽¹⁾ | 11,54% | 16,50% | 7,60% | 8,14% |
| Componentes financeiros ⁽²⁾ | 1,23% | 4,57% | 1,12% | -0,31% |
| Total | 12,77% | 21,07% | 8,72% | 7,82% |
| 2021 | | | | |
| Reposicionamento econômico ⁽¹⁾ | 19,53% | 8,17% | 16,68% | 16,98% |
| Componentes financeiros ⁽²⁾ | -1,91% | 6,61% | -1,45% | 0,21% |
| Total | 17,62% | 14,78% | 15,23% | 17,19% |

(1) Essa parcela do ajuste reflete primariamente a taxa de inflação do período e é usada como base para os ajustes dos anos subsequentes.

(2) Essa parcela do ajuste reflete na liquidação de ativos e passivos registrados por competência, principalmente a CVA, e não é considerada no cálculo do ajuste do ano seguinte.

(3) Reajuste anual das distribuidoras CPFL Paulista, CPFL Piratininga, RGE e CPFL Santa Cruz ocorrem em abril, outubro, junho e março, respectivamente.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Vendas a Consumidores Potencialmente Livres

A regulamentação do setor permite que determinados consumidores possam deixar o ambiente de tarifas reguladas e se tornar consumidores “livres”, com direito a contratar seu fornecimento de energia elétrica com qualquer fornecedor. Em comparação ao número total de consumidores cativos da Companhia, o número de Consumidores Potencialmente Livres é relativamente pequeno. Essas receitas consistem nas tarifas cobradas pelo uso da rede de distribuição (TUSD). Mesmo que um consumidor decida migrar do sistema de tarifas reguladas para se tornar um Consumidor Livre, ele ainda terá que pagar à distribuidora a tarifa pelo uso do sistema de distribuição, ou TUSD. No que tange à redução na receita de vendas, somos capazes de reduzir, em alguns casos, a energia contratada para suprir estes clientes no próprio ano em que ocorrer a migração, enquanto, em outros casos, podemos compensar este excesso através do ajuste da energia a ser comprada em períodos futuros. Desta forma, não acreditamos que perdas de Clientes Potencialmente Livres teriam impacto adverso material no resultado de nossas operações.

Preços para a Energia Elétrica Adquirida

Os preços da energia elétrica comprada por nossas distribuidoras nos termos de contratos de longo prazo executados no Mercado Regulado são: (i) aprovados pela ANEEL no caso de contratos celebrados antes do Novo Marco Regulatório; e (ii) determinados em leilões para contratos celebrados a partir de então, enquanto os preços de energia elétrica comprada no Mercado Livre são acordados por meio de negociação bilateral com base nas taxas de mercado vigentes. Em 2022, compramos 70.049 GWh, em comparação com 67.874 GWh em 2021, devido a menor consumo de nossas geradoras. Os preços dos contratos de longo prazo são reajustados anualmente para refletir os aumentos em certos custos de geração e inflação. A maioria de nossos contratos possui reajustes atrelados ao reajuste anual nas tarifas de distribuição, de forma que o aumento de custos é repassado aos nossos consumidores com aumento de tarifas. Uma vez que uma parcela crescente de nossa energia é comprada em leilões públicos, o sucesso de nossas estratégias nesses leilões afeta nossas margens e nossa exposição ao risco de preço e mercado, já que nossa capacidade de repassar os custos de compra de energia elétrica depende da projeção bem-sucedida de nossa demanda esperada.

Também adquirimos uma quantidade substancial de energia elétrica de Itaipu nos termos de obrigações “take-or-pay” a preços regidos pelos regulamentos adotados nos termos de um contrato internacional. As concessionárias com operações no Centro-Oeste, Sul e Sudeste são obrigadas por lei a adquirir uma parcela da participação brasileira na capacidade disponível de Itaipu. Em 2022, adquirimos 10.198 GWh de energia elétrica de Itaipu (14,6% da energia elétrica que compramos em termos de volume), em comparação com 10.489 GWh (15,5% da energia elétrica que compramos em termos de volume) em 2021. O preço da energia elétrica de Itaipu é estabelecido em dólares para refletir os custos de pagamento de sua dívida. De forma correspondente, o preço da energia elétrica adquirida de Itaipu aumenta em termos reais quando o real se desvaloriza em relação ao dólar. A mudança nos custos para a energia elétrica de Itaipu está sujeita ao mecanismo de recuperação de custos da Parcela A descrito abaixo.

A maior parte da energia elétrica que adquirimos em ambiente de contratação livre foi comprada por nossa subsidiária de comercialização CPFL Brasil, que revende a energia elétrica a Consumidores Livres e outras concessionárias e permissionárias (inclusive nossas subsidiárias).

Variações de Custos Não Gerenciáveis - Custos da Parcela A

Utilizamos a conta de compensação da variação dos custos ou a conta da Parcela A para reconhecer nas tarifas de distribuição a variação de alguns de nossos custos, conhecidos como custos da “Parcela A”, que são não gerenciáveis. Em geral, quando esses custos são superiores às projeções utilizadas na fixação da tarifa de distribuição, nós temos o direito de recuperar a diferença através de reajustes anuais de tarifas subsequentes. Os custos de energia elétrica comprada de Itaipu são indexados ao dólar norte-americano, e estão sujeitos à variação cambial. No caso de apreciação do dólar norte-americano frente ao real, nossos custos vão aumentar e, conseqüentemente, nosso resultado vai se reduzir no mesmo período. Essas perdas serão compensadas no futuro, quando o próximo reajuste tarifário anual ocorrer.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Mais detalhes sobre esses componentes tarifários, vide nota 9 de nossas demonstrações financeiras consolidadas.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Conjuntura Econômica Brasileira

Todas as nossas operações estão no Brasil, e por essa razão somos afetados pela conjuntura econômica brasileira. Em especial, o desempenho geral da economia brasileira afeta a demanda de energia elétrica, e a inflação afeta nossos custos e nossas margens.

Alguns fatores podem afetar significativamente a demanda por energia, dependendo da categoria de consumidores:

- *Consumidores Residenciais e Comerciais.* Essas classes são muito afetadas por condições climáticas, o desempenho do mercado de trabalho, distribuição de renda, disponibilidade de crédito entre outros fatores. Temperaturas elevadas e aumento dos níveis de renda causam um aumento na procura por energia elétrica e, portanto, aumentam as nossas vendas. Por outro lado, o aumento do desemprego e a diminuição da renda familiar tendem a reduzir a demanda e nossas vendas.
- *Consumidores Industriais.* O consumo dos consumidores industriais está relacionado ao crescimento econômico e investimento, relacionados principalmente à produção industrial. Nos períodos de crise financeira, esta categoria sofre o maior impacto.

A inflação afeta nossos negócios principalmente pelo aumento dos custos operacionais e despesas financeiras devido aos encargos de dívidas serem corrigidos pela inflação. Podemos recuperar uma parte desse aumento de custos por meio do mecanismo de recuperação de custos da Parcela A, porém existe um atraso entre o momento em que o aumento de custos é incorrido e aquele no qual as tarifas reajustadas são recebidas. Os valores que nos são devidos com base na Parcela A são principalmente atrelados à variação da taxa SELIC até que sejam repassados às nossas tarifas e os custos vinculados a parcela B são indexados ao IGP-M líquido do fator X.

A depreciação do Real aumenta o custo do serviço da nossa dívida em moeda estrangeira e os custos de compra de energia elétrica da usina de Itaipu, um de nossos principais fornecedores, que reajusta os preços com base em seus custos parcialmente atrelados a dólares norte-americanos.

A tabela abaixo mostra os principais indicadores de desempenho da economia brasileira referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

| | Exercício encerrado em 31 de dezembro de | |
|---|--|----------|
| | 2022 | 2021 |
| Crescimento do PIB (em reais) ⁽¹⁾ | 2,9% | 4,6% |
| Taxa de desemprego ⁽²⁾ – média de % | 9,3% | 13,2% |
| Crédito à pessoa física (recursos não destinados) – % PIB | 18,1% | 17,4% |
| Crescimento das Vendas no Varejo | 1,2% | 1,4% |
| Crescimento da Produção Industrial | (0,7%) | 3,9% |
| Inflação (IGP-M) ⁽³⁾ | 5,5% | 17,8% |
| Inflação (IPCA) ⁽⁴⁾ | 5,8% | 10,1% |
| Taxa de câmbio média – US\$1,00 ⁽⁵⁾ | R\$ 5,17 | R\$ 5,39 |
| Taxa de câmbio no fim do ano – US\$1,00 | R\$ 5,22 | R\$ 5,58 |
| Depreciação (apreciação) do real x dólar norte-americano | (6,5%) | 7,4% |

Fontes: Fundação Getúlio Vargas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Banco Central do Brasil

1. Fonte: IBGE.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2. Taxa de desemprego conforme Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
3. A inflação (IGP-M) é o índice geral de preços de mercado medido pela Fundação Getúlio Vargas.
4. A inflação (IPCA) é um índice amplo de preços ao consumidor medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sendo a referência para as metas de inflação estabelecidas pelo CMN.
5. Representa a média das taxas de venda comerciais no último dia de cada mês durante o período.

O ano de 2022 começou sob os auspícios de uma nova onda global da COVID-19, causada pela variante Ômicron. A variante se mostrou muito mais transmissível, porém menos letal (para a população vacinada). Sua ampla disseminação, concomitante à elevação da vacinação, levou à forte redução das restrições de circulação, mundo afora. Assim, a pandemia se tornou uma questão de menor impacto econômico.

Mas, isso não significou imediata normalização da economia. Ao desequilíbrio das cadeias produtivas já existente no início de 2022 se somou um novo choque, trazido pela invasão da Ucrânia pela Rússia. Os temores com relação à disponibilidade de grãos, metais e energia decorrentes do conflito elevou sobremaneira os preços das principais commodities.

Por seu turno, a retomada das atividades pós-pandemia impulsionou o consumo de serviços e o mercado de trabalho, repercutindo sobre o consumo de forma geral.

Assim, ao mesmo tempo em que a demanda permaneceu elevada, a oferta continuou negativamente impactada pelas discontinuidades nas cadeias de insumos e pela guerra. A inflação global se tornou uma grande preocupação ao longo do ano.

Nessas circunstâncias, os principais bancos centrais mundiais promoveram um aperto sincronizado e significativo de condições monetárias - que, a julgar pelas sinalizações apresentadas nos mais recentes comunicados das autoridades, tenderá a se estender para os primeiros meses de 2023.

No último trimestre do ano, a atividade econômica começou a mostrar os primeiros sinais de desaceleração, bem como a inflação. Esta última tem sido beneficiada, além da desaceleração da atividade, pela progressiva normalização das cadeias produtivas e de arranjos alternativos que minimizaram os impactos do conflito russo-ucraniano sobre a oferta de commodities.

Já o Brasil foi beneficiado pela alta de preços de commodities no mercado internacional em duas frentes. A primeira foi nas contas externas: as exportações cresceram 19,3% em relação a 2021, o que nos levou a um novo recorde de balança comercial (superávit de US\$ 62,3 bilhões), mesmo com expressiva expansão das importações (24,3%). O bom desempenho da balança comercial colaborou para manter em patamar confortável o déficit em transações correntes e os indicadores de endividamento externo.

O segundo benefício trazido pelos preços mais altos de commodities foi o aumento da arrecadação federal associada ao setor extrativo mineral. Impulsionadas pela forte alta das cotações internacionais do minério de ferro (2021) e do petróleo (2022), essas receitas atingiram 1,8% do PIB em 2021 e deverão chegar a 2,6% em 2022 - cifras bastante superiores à média de 0,9% do PIB observada no decênio 2011-2020. De fato, a elevação dessas receitas foi decisiva para fazer com que o setor público consolidado brasileiro voltasse a registrar superávits primários em 2021 e 2022 - algo que não se observava desde 2013.

Contudo, tais surpresas proporcionaram espaço para aumento dos gastos e desonerações. Nesse contexto, é importante notar que as incertezas envolvendo a sustentabilidade fiscal brasileira já vêm em alta desde o final de 2021, quando a principal regra fiscal em vigor - o teto de gastos federal - foi alterada para viabilizar a expansão de despesas pela União em pleno ano eleitoral. Além da aprovação da PEC dos Precatórios ainda em 2021 (que alterou a forma de correção do teto de gastos e postergou, para 2027, o pagamento de um volume de precatórios estimado em R\$ 150 bilhões a R\$ 200 bilhões), tivemos a aprovação da PEC "Kamikaze" em 2022 (que permitiu, dentre outras coisas, o aumento do valor do benefício pago pelo programa Auxílio-Brasil entre agosto e dezembro de 2022).

Do lado receitas, tivemos as diversas desonerações de tributos determinadas pelo governo federal ao longo de 2022, tais como a redução do IPI sobre vários produtos (que diminuiu as receitas primárias em cerca de 0,3% do PIB, em termos anualizados), do PIS/Cofins sobre combustíveis (que gera perda de receita da ordem de 0,5% do PIB ao ano) e do ICMS sobre energia elétrica, combustíveis, telecomunicações e transporte público urbano (que reduz a arrecadação em 0,8% do PIB ao ano).

2.2 Resultados operacional e financeiro

Esta combinação gerou forte deterioração das perspectivas para o endividamento público. Boa parte dos analistas passou a prever alta expressiva da razão dívida/PIB ao longo da década atual (partindo de um nível em 2022 já relativamente elevado para uma economia emergente). Vale ressaltar que essa deterioração também foi claramente notada nos juros cobrados sobre títulos públicos brasileiros de médio e longo prazo em moeda local: até o final de 2021, os juros reais pagos por tais papéis oscilavam entre 5,5% a 6% a.a. e, ao final de 2022, superaram os 6% a.a.

Essas incertezas com relação à sustentabilidade fiscal foram responsáveis, em larga medida, por manter a taxa de câmbio mais pressionada no segundo semestre de 2022 – notando que a taxa chegou a recuar a R\$ 4,76/US\$ em abril, antes da PEC “Kamikaze” e desonerações. Em julho, o câmbio chegou a R\$ 5,37/US\$, voltando a oscilar em torno de R\$ 5,25/US\$ nos meses seguintes. Essa pressão sobre o câmbio ocorreu a despeito da forte alta dos juros reais e dos bons resultados das contas externas (forças que colaborariam para apreciação da moeda).

Por outro lado, as desonerações permitiram uma expressiva descompressão da inflação, especialmente no segundo semestre do ano, quando se registrou deflação na comparação mensal por três meses consecutivos (jul-set). Assim, a despeito de ter atingido 12,1% no acumulado em 12 meses até abril, a inflação encerrou o ano de 2022 em 5,8%. Apesar de se situar pelo segundo ano consecutivo acima do teto da meta, está bastante abaixo da taxa de 10,1% registrada no ano anterior e do que teria sido sem as medidas de desoneração (2 a 2,5 p.p. abaixo).

A atividade econômica também se beneficiou do impulso fiscal, especialmente na segunda metade do ano. O primeiro semestre foi marcado pela forte expansão do mercado de trabalho e aumento do consumo, especialmente dos serviços prestados às famílias (reflexo da retomada pós-pandemia), o que garantiu uma expansão de 1,4% em relação ao encerramento de 2021. Já as medidas de desoneração e gastos consolidaram a expansão da renda real (pelo Auxílio Brasil turbinado, consignado do Auxílio Brasil, queda da inflação, entre outros) e garantiram uma expansão do PIB no terceiro trimestre do ano, a despeito dos efeitos negativos da contração monetária já começarem a se fazer sentir e que devem ter levado o PIB a registrar um leve recuo na margem, no quarto trimestre.

Em 2021 e 2022, nosso rating foi confirmado como AAA pelas agências Standard and Poor's, Moody's Investors Service e Fitch Rating.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As demonstrações financeiras de 2022 estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as orientações emitidas pelo CPC, contemplando os efeitos de mudanças em pronunciamentos aplicáveis.

A partir de 1º de janeiro de 2022, o Grupo adotou inicialmente as alterações ao CPC 25 / IAS 37 sobre custos para cumprir um contrato, considerando avaliações a fim de identificar se existem contratos onerosos. Também adotou inicialmente as alterações ao CPC 15 (R1) / IFRS 3, sobre a atualização da norma de definição relacionada à Estrutura Conceitual. E por fim, destaca-se as alterações referentes ao CPC 27 / IAS 16 de ativo imobilizado, de proibição da entidade em deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo não estiver pronto para uso. Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, mas, assim como as destacadas acima, não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.

Mais detalhes sobre mudanças nas práticas contábeis, vide nota 3 de nossas demonstrações financeiras consolidadas.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, datado de 15 de março de 2023, emitido pela PwC Auditores Independentes, não contém parágrafos de ênfases ou ressalvas.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável, tendo em vista que não houve introdução ou alienação de segmento operacional no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Aquisição de ações da Campos Novos Energia S.A. (ENERCAN) pela CPFL Geração

Em 29 de julho de 2022 ocorreu o leilão de privatização do controle da CEEE-G, no contexto de desestatização das empresas do Grupo CEEE pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Dentre os investimentos que a CEEE-G detinha, destaca-se o percentual de 6,51% de participação na Campos Novos Energia S.A. ("Enercan").

Conforme Acordo de Acionistas da ENERCAN, em caso de venda de participação por qualquer acionista, deve ser concedido direito de preferência aos demais acionistas da própria ENERCAN. Diante disso, considerando a privatização da CEEE-G, através de Fato Relevante de 6 de setembro de 2022 a CPFL Energia (através de sua controlada CPFL Geração) manifestou o seu Direito de Preferência na aquisição das ações da Enercan.

Em 23 de setembro de 2022 foi concedida anuência por parte da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e, em 1 de novembro de 2022, a transação foi certificada pelo Conselho Administrativo de Defesa Pública – CADE. Em 17 de novembro de 2022, a CPFL Energia, por meio da CPFL Geração, concluiu a aquisição de 3,39% do capital social da Enercan pelo montante de R\$ 50.464. A titularidade das ações foi transferida para a CPFL Geração e o pagamento foi efetuado.

No entendimento da Administração, com essa aquisição, a CPFL Geração passa a ser controladora da Enercan uma vez que a empresa passa a ter a maioria das ações, o que lhe dá o controle das decisões relacionadas a direitos substantivos. Esse entendimento está baseado na análise do Acordo de Acionistas e no Estatuto Social da adquirida, que resultou em uma combinação de negócios de acordo com o CPC 15 (R1) / IFRS 3. Pelo fato da CPFL Energia, através de sua controlada CPFL Geração, ter adquirido o controle de uma empresa sobre a qual já detinha participação anterior, tal transação é considerada, conforme define o CPC 15 (R1) / IFRS 3, como uma Combinação de Negócios atingida em estágios, o que, por vez, requer a remensuração a valor justo do investimento detido anteriormente.

O valor justo, em 17 de novembro de 2022 (data da aquisição) da participação societária que a CPFL Geração mantinha na Enercan imediatamente antes da aquisição era de R\$ 1.034.877. Tendo em vista que o saldo contábil registrado era de R\$ 364.860, a CPFL Geração registrou um ganho de remensuração a valor justo do investimento de R\$ 670.016, contabilizado na linha de Outras Receitas/Despesas Operacionais.

A CPFL Geração passou a deter, portanto, participação acionária de 52,12% na Enercan (anteriormente 48,72% e registrada por equivalência patrimonial até a data de troca de controle). Sob a perspectiva do Grupo, a operação representa uma oportunidade de agregar valor através do aumento de participação em um ativo já conhecido com governança e acompanhamento recorrentes dentro do grupo.

c. eventos ou operações não usuais

Não aplicável, tendo em vista que não ocorreram eventos ou operações não usuais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.5 Medições não contábeis

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou nos exercícios sociais encerrados em 2022 e 2021 as seguintes medições não contábeis:

| CONSOLIDADO (em milhares de reais) | Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | |
|------------------------------------|---|------------|
| | 2022 | 2021 |
| EBITDA | 12.262.942 | 9.159.934 |
| Endividamento total | 28.185.545 | 24.934.021 |
| Endividamento bruto | 28.020.603 | 23.677.443 |
| Endividamento líquido | 23.418.201 | 20.891.633 |

EBITDA

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é calculado a partir do lucro líquido ou prejuízo do exercício, acrescido pelo imposto sobre o lucro, resultado financeiro, depreciação e amortização e amortização de mais valia de ativos. O EBITDA fornece uma medida gerencial útil do desempenho das empresas do grupo CPFL Energia e a definição de EBITDA utilizada pela Companhia pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras empresas. Ressalta-se que o EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e tampouco deve ser considerado isoladamente ou como alternativa a outros indicadores financeiros, como o lucro líquido ou seus fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez ou performance da Companhia ou base para a distribuição de dividendos. O EBITDA está sendo apresentado de acordo com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012.

Endividamento Total, Endividamento Bruto e Endividamento Líquido

O Endividamento Total representa a soma das dívidas financeiras da Companhia (empréstimos e financiamentos, debêntures).

O Endividamento Bruto representa a soma das dívidas financeiras da Companhia (empréstimos e financiamentos, debêntures e a posição líquida de derivativos), sendo o Endividamento Total líquido dos derivativos.

O Endividamento Líquido representa o montante total de dívidas financeiras da Companhia (Endividamento Bruto), líquido da posição de caixa e equivalentes de caixa em cada data-base.

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

| CONSOLIDADO (em milhares de reais) | Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | |
|-------------------------------------|---|------------------|
| | 2022 | 2021 |
| Lucro líquido contábil | 5.218.813 | 4.853.751 |
| Impostos sobre o lucro | 2.100.835 | 1.761.708 |
| Resultado financeiro | 2.911.269 | 792.482 |
| Depreciação e amortização | 2.031.445 | 1.751.414 |
| Amortização de mais valia de ativos | 579 | 579 |
| EBITDA | 12.262.942 | 9.159.934 |

| CONSOLIDADO (em milhares de reais) | Saldo em 31 de dezembro de | |
|------------------------------------|----------------------------|------|
| | 2022 | 2021 |

2.5 Medições não contábeis

| | | |
|--------------------------------|-------------------|-------------------|
| Empréstimos e financiamentos | 13.767.667 | 14.462.869 |
| Debêntures | 11.614.758 | 7.953.002 |
| Mútuo passivo consolidado | 2.803.121 | 2.518.150 |
| Endividamento total | 28.185.545 | 24.934.021 |
| Derivativos | (164.942) | (1.256.578) |
| Endividamento bruto | 28.020.603 | 23.677.443 |
| Disponibilidade ⁽¹⁾ | (4.602.402) | (2.785.810) |
| Endividamento líquido | 23.418.201 | 20.891.633 |

⁽¹⁾ Para fins do cálculo de Endividamento líquido consideramos como "Disponibilidade" os saldos da rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" e "Título e valores mobiliários".

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA

A Administração da Companhia entende que o EBITDA é um indicador interessante para analisar o desempenho econômico operacional da Companhia em função de não ser afetado por (i) flutuações nas taxas de juros, (ii) alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social, bem como (iii) pelos níveis de depreciação e amortização, sendo normalmente utilizado por investidores e analistas de mercado.

Endividamento Total, Endividamento Bruto e Endividamento Líquido

A Administração da Companhia entende que é importante apresentar a medição não contábil de Endividamento Total, Endividamento Bruto e Endividamento Líquido, pois (i) tanto os saldos de debêntures, como os de empréstimos e financiamentos constituem-se de dívidas financeiras, com características semelhantes entre si, e (ii) as operações de derivativos são majoritariamente contratadas para proteção cambial e de juros destas mesmas operações, de forma que os valores devem ser analisados em conjunto. Ademais, os conceitos de Endividamento Bruto e de Endividamento Líquido são utilizados com frequência para o estabelecimento de cláusulas restritivas financeiras de contratos de empréstimos, financiamentos e de debêntures.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Novas Captações

A partir de 1º de janeiro de 2023 e até o momento da aprovação destas demonstrações financeiras, foram adicionadas às dívidas as captações abaixo:

| Modalidade | Mês da liberação | Valor liberado | Pagamento de juros | Amortização de principal | Taxa efetiva anual | Destinação do recurso | Condições restritivas |
|-------------------------------|------------------|----------------|-----------------------------|---------------------------------|--------------------|--|-----------------------|
| Moeda Nacional | | | | | | | |
| Debêntures | | | | | | | |
| CPFL Transmissão | jan/23 | 300.000 | Semestral | Parcela Única em Dezembro 2026 | CDI + 1,20% | Plano de investimento e reforço capital giro | (a) |
| Moeda Estrangeira | | | | | | | |
| Empréstimo Lei - 4.131 | | | | | | | |
| CPFL Brasil | fev/23 | 129.408 | Parcela única em Junho 2023 | Parcela única em Junho 2023 | CDI + 0,58% | Capital de Giro | (a) |
| CPFL Paulista | fev/23 | 1.101.000 | Semestral | Parcela única em Janeiro 2026 | CDI + 1,40% | Capital de Giro | (a) |
| CPFL Jaguarí | fev/23 | 80.000 | Semestral | Parcela única em Fevereiro 2026 | CDI + 1,33% | Capital de Giro | (a) |

(a) Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia: dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75% e EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

Conversão de renda vitalícia para financeira

Encerrou-se em 31 de janeiro de 2023 o prazo para conversão voluntária de renda vitalícia para financeira para os planos previdenciários das controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga, CPFL Renováveis e CPFL Brasil (vide nota 20.1 das demonstrações financeiras anuais). O percentual de conversão consolidado foi de 11% e os impactos finais desse processo ainda estão em fase de mensuração pelas controladas.

Decisão do STF sobre causas tributárias

Em decisão proferida em 8 de fevereiro de 2023 em sede dos Recursos Extraordinários 955227 (Tema 885) e 949297 (Tema 881), o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva sobre tributos recolhidos de forma continuada perderá seus efeitos caso posteriormente a Suprema Corte se pronuncie em sentido contrário em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade.

Com base nesta decisão, a Companhia avaliou eventuais possíveis impactos sobre os tributos que poderiam ser enquadrados na referida decisão, e a Administração concluiu que não há, na data de conclusão de suas Demonstrações Financeiras, causas com trânsito em julgado individual favorável em favor da Companhia, mas que possuam decisão desfavorável no STF em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade. Desta forma, não há impactos decorrentes desta decisão para a data-base de 31 de dezembro de 2022.

2.7 Destinação de resultados

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

| | 31.12.2022 |
|---|--|
| a) Regras sobre retenção de lucros | De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação: (a) 5% para a formação da reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito; (b) pagamento de dividendo obrigatório; (c) o lucro remanescente, ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à formação de reserva de reforço de capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital social subscrito. A Lei das Sociedades por Ações estabelece que a Assembleia Geral poderá, por proposta do Conselho de Administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado. Em caso de prejuízo, as reservas constituídas poderão ser utilizadas para absorver o prejuízo remanescente, sendo a reserva legal a última a ser absorvida. |
| a.i) Valores das retenções de lucros | R\$ 2.451.145.299,06 |
| a.ii) Percentuais em relação aos lucros totais declarados | 50% |
| b) Regras sobre distribuição de dividendos | O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações. |
| c) Periodicidade das distribuições de dividendos | O Estatuto Social da Companhia estabelece que o dividendo obrigatório poderá ser pago antecipadamente, no curso do exercício e até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre o respectivo montante. O valor do dividendo antecipado será compensado com o do dividendo obrigatório do exercício. A Assembleia Geral determinará o pagamento do saldo do dividendo obrigatório, se houver, bem como a reversão àquela reserva do valor pago antecipadamente. Ressaltamos que cabe ao nosso Conselho de Administração a prerrogativa de declarar dividendos intermediários à conta de lucros apurados no balanço semestral ou, observadas as disposições legais, apurado em períodos menores que o semestre, ou, ainda, à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. O Conselho de Administração poderá, também, declarar juros sobre o capital próprio e imputá-los ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório. Os dividendos, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, devem ser pagos no prazo máximo de 60 dias, contado a partir da data da deliberação de sua distribuição e, em qualquer caso, dentro do exercício social. |
| d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões | A Companhia e suas controladas estão sujeitas a restrições de distribuição de dividendos em função de alguns empréstimos, mais especificamente empréstimos obtidos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES. Existem três situações que merecem destaque: (i) regra geral; (ii) Centrais Elétricas da Paraíba S.A. ("EPASA"); e (iii) controladas e outras controladas em conjunto pela CPFL Geração. A regra geral versa que as empresas podem distribuir dividendos se atendidas (i) integralmente as obrigações restritivas estabelecidas no contrato; e (ii) à manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos apurados anualmente. Exemplos destes parâmetros podem ser: endividamento financeiro líquido dividido pelo EBITDA e endividamento financeiro líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e o patrimônio líquido, entre outros. Para o empréstimo do empreendimento controlado em conjunto pela CPFL Geração, EPASA (ainda em vigor), junto ao BNDES – modalidade FINEM – em caso de descumprimento de |

2.7 Destinação de resultados

| | |
|--|---|
| judiciais, administrativas ou arbitrais | <p>cláusulas restritivas financeiras, fica proibida a distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório até que o índice seja restabelecido.</p> <p>Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que a Companhia e suas controladas, conforme aplicável, suspendam a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios em qualquer exercício social, caso o Conselho de Administração da Companhia ou o respectivo órgão competente das controladas informe aos acionistas sobre a incompatibilidade de tal distribuição com a situação financeira da Companhia ou de suas controladas. Nesta hipótese, os acionistas da Companhia poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.</p> |
| e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando o órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado | <p>A Companhia possui uma Política de Dividendos, aprovada pelo Conselho de Administração em 21 de maio de 2019 e atualizada em 16 de dezembro de 2021.</p> <p>Tal política estabelece que seja distribuído como dividendo, no mínimo, 50% do lucro líquido ajustado, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. Ademais, a política também estabelece os fatores que influenciarão nos valores das distribuições, dentre os quais destacam-se a condição financeira da Companhia, suas perspectivas futuras, as condições macroeconômicas, revisões e reajustes tarifários, mudanças regulatórias e a estratégia de crescimento da Companhia, bem como demais fatores considerados relevantes pelo Conselho de Administração e pelos acionistas. Esta política também destaca que certas obrigações constantes dos contratos financeiros da Companhia podem limitar o valor dos dividendos e/ou dos juros sobre o capital próprio que poderão ser distribuídos, sendo que, de acordo com o planejamento tributário da Companhia, pode-se determinar que a distribuição de juros sobre o capital próprio, no futuro, seja do seu interesse.</p> <p>Além disso, de acordo com o Estatuto Social, o Conselho de Administração poderá aprovar a distribuição de dividendos e/ou de juros sobre o capital próprio, com base nas demonstrações financeiras anuais ou semestrais da Companhia, bem como nas demonstrações financeiras relativas a períodos mais curtos. A distribuição poderá ser baseada, ainda, em lucros auferidos registrados ou em lucros destinados a contas de reservas sem fins lucrativos, contidas nas demonstrações financeiras anuais ou semestrais. Com relação à declaração de dividendos anuais, inclusive dividendos em valor superior ao valor mínimo obrigatório, dependerá da aprovação pelo voto da maioria dos acionistas da Companhia.</p> <p>A Política de Dividendos da Companhia encontra-se disponível para consulta no site da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) (http://sistemas.cvm.gov.br), bem como no site de Relações com Investidores da Companhia (https://cpfl.riprisma.com/listgroup.aspx?idCanal=QaOjWSkrceEfQT28iDpzLQ==).</p> |

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Em 31 de dezembro de 2022, não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

As comercializadoras do grupo CPFL possuem contratos de compra e venda de energia com entrega futura. Em relação às vendas, o Grupo possui contratos com entrega futura entre os anos de 2023 e 2033, totalizando R\$ 4.982 milhões.

No que tange aos contratos de compra, as obrigações contratuais e compromissos estão apresentados em forma de tabela no item 2.1.c deste Formulário de Referência.

iii. contratos de construção não terminada

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos, tais como os compromissos relacionados a contratos de longo prazo para projetos para construção de usinas, que estão apresentados em forma de tabela no item 2.1.c deste Formulário de Referência.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Em 31 de dezembro de 2022, não há contratos de recebimentos futuros de financiamento não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.10 Planos de negócios

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

Os principais investimentos nos últimos anos têm sido destinados à manutenção e ao aprimoramento da rede de distribuição e aos projetos de geração. A tabela a seguir apresenta os investimentos da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e a projeção para os anos de 2023 a 2027:

| | Exercício encerrado em 31 de dezembro | | | | | |
|-------------------|---------------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 2022 | 2023* | 2024* | 2025* | 2026* | 2027* |
| | (em milhões) | | | | | |
| Distribuição | 4.791 | 3.928 | 4.418 | 4.219 | 4.064 | 3.958 |
| Geração | 258 | 519 | 252 | 164 | 150 | 119 |
| Comercialização | | | | | | |
| Serviços e outros | 60 | 125 | 72 | 63 | 81 | 71 |
| investimentos | | | | | | |
| Transmissão | 697 | 642 | 684 | 688 | 649 | 514 |
| Total | 5.805 | 5.215 | 5.427 | 5.133 | 4.944 | 4.662 |

Planejamos investir aproximadamente R\$ 5.215 milhões em 2023, R\$ 5.427 milhões em 2024, R\$ 5.133 milhões em 2025, R\$ 4.944 milhões em 2026 e R\$ 4.662 em 2027. Dos investimentos totais orçados para este período, R\$ 20.588 milhões são esperados de serem investidos no nosso segmento de distribuição e R\$ 1.204 milhões no nosso segmento de Geração. Adicionalmente, durante este período, planejamos investir R\$ 3.178 milhões em nosso segmento de transmissão e R\$ 412 milhões em nossos segmentos de comercialização e serviços. Parte dos gastos previstos, particularmente quanto aos projetos de geração, já se encontram formalmente contratados.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

As principais fontes de recursos das controladas da Companhia são provenientes da geração de caixa operacional e de financiamentos. Para o biênio de 2023 e 2024, nossas controladas pretendem captar recursos por meio de (i) novos financiamentos junto a bancos de fomento (BNDES, BNB, outros), (ii) captações com instituições financeiras nacionais e internacionais e (iii) emissões de debêntures.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável em razão de não estar, em andamento, desinvestimento relevante, bem como não haver previsão de desinvestimentos futuros...

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não houve aquisições de plantas, equipamentos ou outros ativos que influenciassem materialmente a capacidade produtiva da Companhia .

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável em razão de não haver novos produtos e serviços em andamento.

2.10 Planos de negócios

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável em razão de não haver novos produtos e serviços em andamento.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável em razão de não haver novos produtos e serviços em andamento.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável em razão de não haver novos produtos e serviços em andamento.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

O Plano ESG 2030 do Grupo CPFL foi conduzido em paralelo ao Planejamento Estratégico (PL), de forma que ela fora considerada como uma das bases de nossa estratégia, conforme é possível notar em nossa mandala do PE (disponível em: <https://cpfl.riprisma.com/show.aspx?idCanal=/iGp64OrpuAFuaTE5dMFCA==>).

Para reforçar o compromisso do Grupo CPFL com a Sustentabilidade e as práticas ESG, lançamos, em novembro de 2022, o “Plano ESG 2030” da CPFL Energia, que traz novas diretrizes e estratégias para que possamos fornecer energia sustentável, acessível e confiável em todos os momentos, tornando a vida das pessoas mais segura, saudável e próspera nas regiões onde operamos. Nosso objetivo é impulsionar a transição para uma forma mais sustentável, segura e inteligente de produzir e consumir energia, maximizando os nossos impactos positivos na sociedade.

Com a participação direta de mais de 200 colaboradores e colaboradoras do Grupo CPFL, construímos 23 compromissos, organizados em quatro pilares, que sustentam a maneira como conduzimos nossos negócios e executamos nossa estratégia: Soluções renováveis e inteligentes, Operações sustentáveis, Valor compartilhado com a sociedade e Atuação segura e confiável.

Mais informações relacionadas ao Plano ESG 2030 estão disponíveis em <https://cpfl.riprisma.com/show.aspx?idCanal=cS9AbIVVO5ESS9AGigZPFQ==>

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não existem outros fatores que influenciam de maneira relevante o desempenho operacional da companhia e que não foram mencionados nesta seção.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

| |
|--|
| 5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos |
| 5.1. Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar: |

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A CPFL Energia possui uma Política de Gestão Corporativa de Riscos aprovada na 140ª Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de julho de 2009, devidamente atualizada em 2021 e 2022 e encontra-se disponível no site da CPFL Energia em www.cpfl.com.br/ri ("Política de Gestão Corporativa de Riscos").

Todos os principais riscos aos quais a Companhia está exposta são consolidados por meio da Política de Gestão de Riscos, representados no Mapa Corporativo de Riscos. A Política de Gestão de Riscos prevê modelos, indicadores e limites de exposição aos riscos, aprovados pelo Conselho de Administração, bem como detalha o tratamento a ser dispensado e reportes necessários em caso de extrapolação das referências de risco. Além disso, aborda a estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia, com definição de papéis e responsabilidades.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção

Riscos Corporativos

Os riscos para os quais a Companhia busca proteção por meio da Política de Gestão Corporativa de Riscos são:

- Descumprimento dos termos dos contratos de concessão, autorizações ou permissões;
- Impossibilidade de repassar integralmente o custo de compra de energia elétrica ao consumidor e a necessidade de, para satisfazer à demanda, adquirir ou liquidar energia elétrica no mercado de curto prazo, a preços mais altos ou mais baixos do que aqueles estabelecidos nos contratos de longo prazo;
- Riscos de exposição, no negócio de comercialização de energia, decorrente de posições de energia assumidas (comprado ou vendido) e variações de preço no mercado spot;
- Riscos inerentes à construção, ampliação e operação das instalações e equipamentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica;
- Impacto adverso na operação de desenvolvimento de negócios decorrente da não conclusão do programa de investimento proposto no cronograma previsto;
- Risco de as apólices de seguro contratadas não serem suficientes para cobrir totalmente as perdas decorrentes da responsabilidade por quaisquer perdas e danos decorrentes da prestação inadequada de serviços de energia elétrica;
- Comprometimento da capacidade de conduzir as atividades operacionais e realizar o pagamento dos financiamentos contratados em virtude do grau de endividamento e das obrigações de serviço de dívidas;
- Efeito adverso sobre os negócios e resultados operacionais de uma escassez de energia elétrica e do racionamento dela decorrente, a exemplo do ocorrido em 2001 e 2002;
- Risco de o nível de inadimplência dos consumidores afetar adversamente os negócios, resultados operacionais e/ou situação financeira;
- Aumento das taxas de juros praticadas pelo mercado e riscos cambiais;
- Risco regulatório;
- Aumento de obrigações e investimentos em decorrência de novas regulamentações ambientais ou de saúde; e
- Efeitos adversos de condições hidrológicas desfavoráveis sobre os resultados operacionais.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Riscos de Mercado

Os riscos de mercado para os quais a Companhia busca proteção são:

1. Risco de Mercado de Energia

1.1. Risco de Sub/Sobrecontratação das Distribuidoras: alterações nas previsões da demanda e nas expectativas de preços são regularmente monitoradas pela Companhia. As distribuidoras do Grupo CPFL fazem uso dos mecanismos regulatórios disponíveis para ajuste de contratos a fim de manter os níveis de contratação dentro dos limites regulatórios. Além disso, a CPFL Energia acompanha eventuais alterações na regulação que possam, de alguma forma, impactar este risco.

1.2. Risco de mercado das geradoras: as condições hidrológicas, níveis de GSF e expectativa de preços são acompanhados regularmente pela Companhia. A proteção a este risco é feita através da compra de energia para minimizar exposição de balanço.

1.3. Risco de mercado das comercializadoras: as posições de balanço das comercializadoras da CPFL, as condições de mercado e as expectativas de preços de curto, médio e longo prazo são monitoradas regularmente. Previamente à sua aprovação, todas as propostas de compra e venda de energia são avaliadas em relação ao limite de risco.

2. Risco de Crédito:

Para o segmento de distribuição, cujo mercado é pulverizado, a proteção ao risco de crédito é feita mediante monitoramento da inadimplência, que tem como ações de cobrança o corte no fornecimento de energia de clientes inadimplentes além de negativação, protestos e cobranças customizadas. No que tange aos segmentos de Geração, Comercialização e Serviços, a proteção ocorre através da exigência de garantias financeiras e análise do score e risco dos parceiros de negócio, provendo mais segurança no momento da tomada de decisão.

3. Risco de Juros e Câmbio:

A Companhia e suas controladas têm a prática de monitorar os riscos de variação cambial, flutuação de taxas de juros e índices de preços, e de contratar instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas. Com relação ao risco cambial, a exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de swap, o que permitiu à Companhia e suas controladas trocarem os riscos originais da operação para o custo relativo à variação do CDI. Ainda, o mecanismo de compensação – CVA protege as controladas de distribuição de eventuais perdas econômicas relativas à possível variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu.

Com relação ao risco de taxas de juros, as controladas têm buscado aumentar a participação de empréstimos pré-indexados ou outros indexadores. Adicionalmente, o risco da alta de taxa de juros pode ser parcialmente compensado pela posição de ativos financeiros da concessão indexada ao IPCA.

4. Risco Regulatório:

Para os riscos relacionados aos processos de revisões e reajustes tarifários inerentes ao mercado regulado em que atua, o monitoramento é efetuado por todas as áreas diretamente envolvidas, em especial pela Vice-presidência de Operações Reguladas, responsável pelas interações junto à Agência Reguladora.

5. Risco de Aceleração de dívidas

A Administração da Companhia e de suas controladas monitora os índices de aceleração de dívidas e alavancagem de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Os resultados do acompanhamento são reportados periodicamente aos diretores executivos e ao Conselho de Administração. Além disso, a Companhia e suas controladas, tem políticas internas de controles que primam por um ambiente rígido de controle para a minimização da exposição aos riscos relacionados à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

Para mais informações sobre esses riscos, vide o item 4.1 deste Formulário de Referência.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

ii. os instrumentos utilizados para proteção

A Companhia considera como mecanismos de proteção aos riscos descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência: (i) o monitoramento periódico das exposições frente aos limites aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) os planos de mitigação para tratamento das principais exposições; e (iii) o reporte periódico de tais informações aos fóruns competentes, a saber, executivos da Companhia, Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Comitês de Assessoramento.

Desta forma, a Companhia possui como prática, definida na Política de Gestão Corporativa de Riscos, realizar o monitoramento regular dos riscos aos quais está exposta, avaliando o nível de exposição e adotando medidas de mitigação a fim de reduzir os riscos sempre que estes se aproximarem ou extrapolarem os limites estabelecidos. O monitoramento das exposições é feito através do uso de indicadores e/ou modelos para simulação ou projeção de cenários de risco, com base nas diretrizes previstas na Política de Gestão Corporativa de Riscos. Além disso, a Companhia trabalha com limites de exposição a estes riscos, aprovados pelo Conselho de Administração. Em casos de aumento da exposição ou extrapolação de limites, planos de mitigação devem ser estruturados pelas áreas de negócio, em conjunto com a Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO e, posteriormente, são reportados ao Comitê de Auditoria e Conselho de Administração.

Além disso, a Companhia avalia permanentemente alterações regulatórias, condições ambientais e de mercado, faz uso de mecanismos regulatórios disponíveis e monitora o desempenho de suas operações de forma a mitigar a exposição a eventuais riscos regulatórios, operacionais, ambientais e de mercado.

Outros instrumentos de proteção contratados pela Companhia e suas controladas são swaps de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não realizam transações envolvendo derivativos de caráter especulativo.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A gestão de riscos do Grupo CPFL, nos termos da Política de Gestão Corporativa de Riscos, é conduzida por uma estrutura que envolve: (i) o Conselho de Administração, assessorado pelo Comitê de Auditoria; (ii) a Diretoria Executiva; e (iii) a Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO e as áreas de negócio; com as seguintes atribuições, conforme abaixo.

Compete ao Conselho de Administração da Companhia orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais, exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia, deliberar sobre as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites. Adicionalmente, cabe ao Conselho de Administração, tomar conhecimento e acompanhar eventuais fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva para saná-los.

Cabe aos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração auxiliar o Conselho de Administração na implementação e revisão da Política de Gestão Corporativa de Riscos. Em especial ao Comitê de Auditoria, desempenhando seu papel de órgão técnico, tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo à gestão de riscos. Cabe ainda a este Comitê orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento.

Cabe à Diretoria Executiva da Companhia a condução dos negócios dentro dos limites de risco definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição da Companhia aos riscos exceda os limites fixados pelo Conselho de Administração, bem como reportar eventuais ultrapassagens e apresentar ações de mitigação ao Conselho de Administração.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO, que é subordinada ao Conselho de Administração, é responsável pela coordenação do processo de gestão de riscos no Grupo CPFL, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvem a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais o Grupo CPFL está exposto. Além disso, realiza tanto revisões

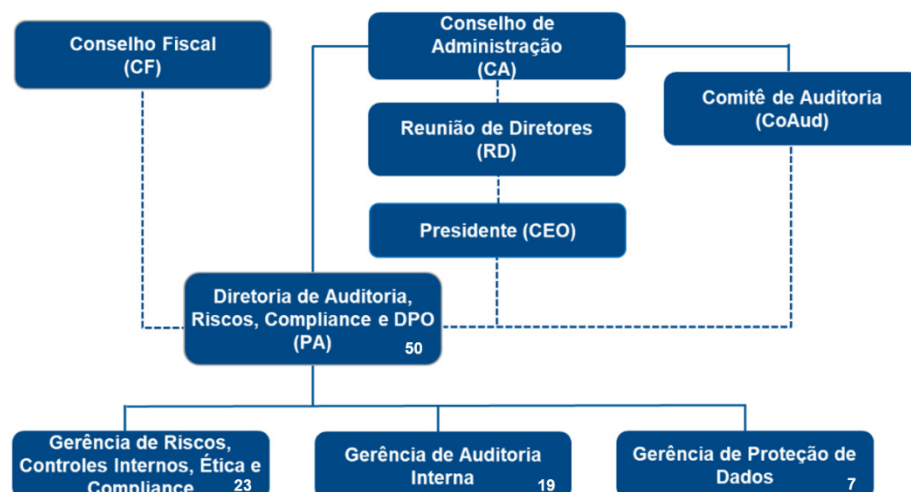
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

regulares como ad hoc para assegurar o alinhamento dos processos às diretrizes e estratégias da Administração da CPFL Energia.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições.

Os assuntos de maior relevância são levados ao conhecimento do Comitê de Auditoria, Conselho de Administração e outros fóruns de governança.

As estruturas organizacionais envolvidas estão representadas na figura abaixo, bem como o número de colaboradores envolvidos nas atividades de Auditoria Interna, Compliance, Controles Internos e Riscos Corporativos:



c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Além do papel na melhoria da gestão de riscos do Grupo CPFL, a Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO, subordinada hierarquicamente ao Conselho de Administração, por meio da atuação da Gerência de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ética e Compliance coordena os esforços de avaliação dos controles internos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras no que compreende: (i) identificação dos principais processos de negócios, controles e riscos com influência nas demonstrações financeiras; (ii) autoavaliação da efetividade de processos e controles; (iii) testes de efetividade dos controles internos relevantes para as demonstrações financeiras, realizados com técnicas e padrões de auditoria; (iv) acompanhamento das implantações dos planos de ação e melhorias nos controles internos; (v) discussão com os executivos do emissor e reporte ao Comitê de Auditoria, Conselho de Administração e outros fóruns de governança; (vi) gestão do sistema de avaliação dos controles internos (ferramenta tecnológica); e (vii) coordenação do processo de certificação ascendente, cujo procedimento de validação dos resultados dos controles internos sobre os relatórios financeiros, realizado de forma eletrônica, é iniciada pelos gestores concluindo-se pelo Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores e pelo Diretor Presidente.

As avaliações do ambiente de controles internos permanecem em conformidade com as exigências da CVM para garantir acuracidade das Demonstrações Financeiras e boas práticas do Novo Mercado – B3.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO, por meio da atuação da Gerência de Auditoria Interna, acompanha e monitora a execução das práticas, políticas e procedimentos vigentes na Companhia, com base no Plano Anual de Auditoria.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

A Companhia entende que todos os órgãos e procedimentos estabelecidos pelo Grupo CPFL são adequados para mitigar e controlar eventuais riscos sempre atualizando os procedimentos de controles internos, a fim de se manter em conformidade com os padrões estabelecidos pelo mercado.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Anualmente, todos os processos e controles internos relevantes para nossas demonstrações financeiras são avaliados e certificados eletronicamente pelos nossos gestores, através de um sistema automático de Gerenciamento de Controles Internos, SAP GRC *Process Control*. A Administração da Companhia tem avaliado a eficácia dos controles internos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações, baseada nos critérios estabelecidos em “Controles Internos - Estrutura Integrada” emitido em 2013 pelo COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*).

Baseada nesses critérios de avaliação, a Administração da Companhia concluiu que os controles internos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são eficazes.

Controles Internos de Informações Financeiras

A Administração da Companhia é responsável por estabelecer e manter controles internos adequados sobre a elaboração e divulgação de informações financeiras, cujo procedimento é projetado para prover garantias razoáveis com relação à confiabilidade das informações financeiras e a preparação de nossas demonstrações financeiras de propósitos externos de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos. Os controles internos sobre a divulgação de informações financeiras incluem políticas e procedimentos que: (i) dizem respeito à manutenção de registros que razoavelmente detalhados, refletem de maneira acurada e justa as transações e a disposição dos ativos; (ii) proveem razoável segurança de que são registradas conforme o necessário para permitir a preparação das demonstrações financeiras da Companhia de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, e que os gastos e despesas estão sendo realizados em conformidade com as autorizações da Administração; e (iii) proveem razoável segurança com relação à prevenção ou detecção a tempo de aquisição não autorizada, uso ou disposição de nossos ativos que poderiam gerar efeito material adverso nas demonstrações financeiras da Companhia.

Por motivo de limitações inerentes, o controle interno sobre a divulgação de informações financeiras pode não prevenir ou detectar declarações incorretas. Ademais, a eficácia de projeções e avaliações com relação a períodos futuros é sujeita ao risco de que os controles podem ser inadequados por motivo de mudanças de condições e que o grau de conformidade com esses procedimentos e políticas pode se deteriorar.

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. A Companhia está constantemente atenta às novas tecnologias e tem investido em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

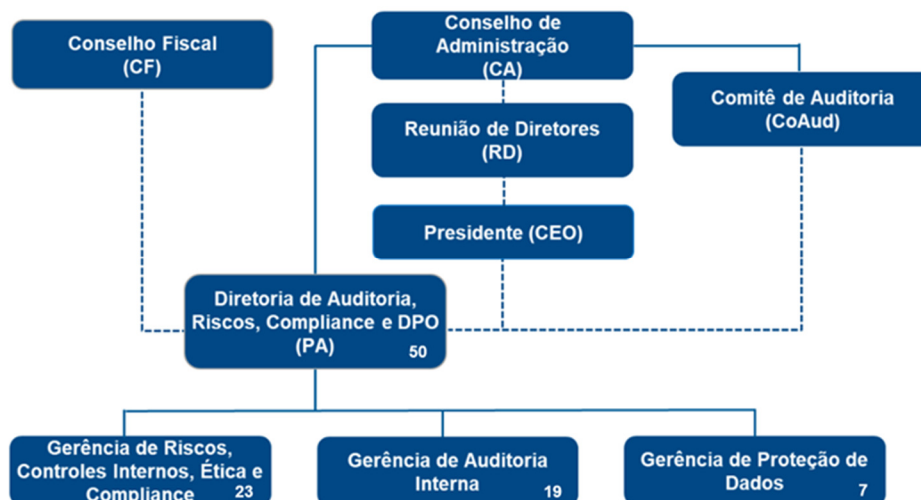
As áreas de negócio possuem responsabilidade primária para garantir a atualização da documentação dos processos de negócio sob sua responsabilidade sempre que houver alterações nas atividades de controle que possam comprometer o seu desenho e a sua eficácia.

A Gerência de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ética e Compliance é responsável pelo processo anual de avaliação e certificação dos controles internos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As avaliações do ambiente de controles internos permanecem em conformidade com as exigências da Comissão de Valores Mobiliários – CVM para garantir acuracidade das Demonstrações Financeiras e boas práticas do Novo Mercado – B3.

Os assuntos de maior relevância são levados ao conhecimento do Comitê de Auditoria, Conselho de Administração e outros fóruns de governança.

5.2 Descrição dos controles internos

As estruturas organizacionais relacionadas estão representadas na figura abaixo, bem como o número de colaboradores envolvidos nas atividades de Auditoria Interna, Compliance, Controles Internos e Riscos Corporativos:



c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

No Grupo CPFL, a avaliação dos controles internos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras é conduzida através de uma estrutura que envolve a Diretoria Executiva, o Comitê de Auditoria, o Conselho de Administração, a Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO e as áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada por meio de controles internos no nível da entidade (Entity Level Controls) e pela Norma de Avaliação dos Controles Internos que descreve o modelo de gestão de riscos assim como as atribuições de cada agente.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia ter ciência das deficiências significativas encontradas no ambiente de controles internos da CPFL Energia e acompanhar a implantação dos planos de ação, quando aplicável.

Cabe aos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, em especial ao Comitê de Auditoria, assessorar o Conselho de Administração nos seguintes temas: (i) avaliação da robustez das informações prestadas ao Conselho de Administração; (ii) elaboração de propostas de melhoria dos processos de gestão de negócios; (iii) avaliação das principais áreas de risco dos negócios da CPFL Energia; e (iv) orientação dos trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento.

Ao Comitê de Auditoria da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais o Grupo CPFL está exposto, tomar conhecimento dos relatórios da Auditoria Interna, dos auditores independentes e da controladoria, analisando as suas respectivas recomendações e pareceres bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles e recomendar mudanças, caso necessárias.

À Diretoria Executiva da CPFL Energia compete:

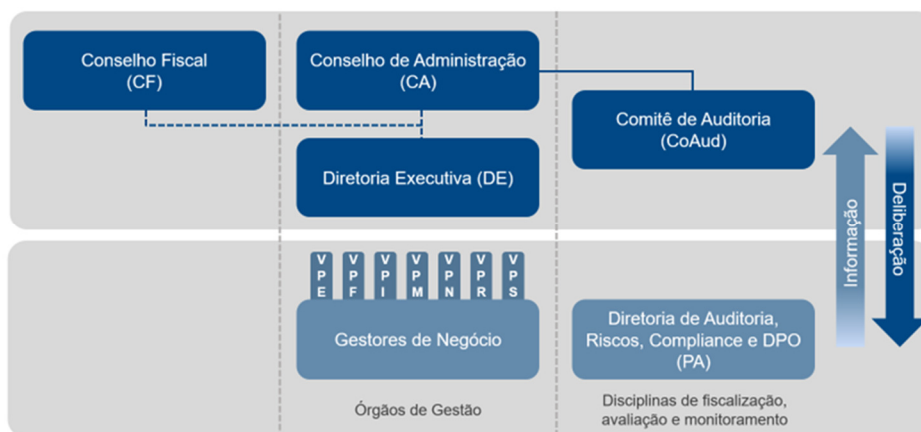
- Aprovar o escopo anual dos trabalhos, no que diz respeito à extensão (seleção de processos e empresas), prazos, materialidade, estratégia de testes;
- Acompanhar periodicamente a evolução dos trabalhos através de apresentações feitas em Reunião de Diretoria e relatórios emitidos pela Gerência de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ética e Compliance;
- Garantir a implantação de ações definidas pelos gestores a eles subordinados;

5.2 Descrição dos controles internos

- Efetuar a certificação ascendente no período definido; e
- Patrocinar as melhorias no ambiente de controles internos buscando sempre o equilíbrio entre a eficácia dos processos, dos controles e dos custos, bem como o alinhamento com os objetivos estratégicos da CPFL Energia.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO realiza tanto revisões regulares como ad hoc para assegurar o alinhamento dos processos às diretrizes e estratégias da Administração.

Esta governança pode ser ilustrada pela figura abaixo:



d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores não reportaram deficiências significativas em seu relatório circunstanciado sobre controles internos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Comunicação de Deficiências de Controles Internos, emitida pelos Auditores Independentes, é anualmente arquivada no órgão regulador, ANEEL. Os status dos planos de ação são acompanhados por nosso Comitê de Auditoria, órgão independente da Administração e da auditoria externa.

Não é de conhecimento da Administração da Companhia fatos ou aspectos que possam indicar a presença de deficiências significativas nos controles internos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Ainda assim, as demais deficiências identificadas são encaminhadas aos diretores responsáveis para definição dos planos de ação. A Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO realiza o acompanhamento e verificação do atendimento do plano de ação ao longo do exercício fiscal.

5.3 Programa de integridade

5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia mantém procedimentos que orientam seus principais processos organizacionais, além de controles internos que são avaliados periodicamente pelas áreas de Auditoria Interna. Também monitora seus principais indicadores de riscos oriundos de sua Matriz de Riscos Corporativos. Adicionalmente, a Companhia possui um robusto Programa de Integridade composto por 4 dimensões (diretrizes, comunicação, avaliação e monitoramento). Dentre eles, destacamos algumas iniciativas:

- **Código de Conduta Ética:** diretrizes éticas a serem seguidas por colaboradores e terceiros com relacionamento direto com a CPFL Energia. Para acessar o Código de Conduta e Ética, acesse o website de relações com investidores da Companhia, por meio do link: <https://www.grupocpfl.com.br/institucional/codigo-de-conduta-etica>.
- **Comitê de Ética e Conduta Empresarial e Comissão de Processamento de Denúncias:** o Comitê Executivo de Ética e Conduta Empresarial ("COMET") é composto por 04 (quatro) membros, sendo 03 (três) da Diretoria Executiva da Companhia, quais sejam o Diretor Presidente (CEO), o Diretor Vice-Presidente Jurídico & de Relações Institucionais e o Diretor Vice-Presidente Executivo, e 01 (um) membro externo e independente, e a Comissão de Processamento de Denúncias ("CPD") é constituída por até 4 (quatro) executivos seniores da Companhia, definidos pelo Comitê de Ética, sendo um deles necessariamente o Diretor de Auditoria, Riscos, Ética e Compliance e Proteção de Dados e 01 (um) membro externo e independente, de acordo com o previsto no Regulamento de Comitê de Ética;
- **Canal Externo de Ética:** empresa independente especializada no recebimento de registros éticos (denúncias, consultas e sugestões) e responsável por assegurar a integridade e confidencialidade das informações, o anonimato dos usuários e independência durante todo o processo.
- **Norma de Relacionamento com Agentes Públicos (GED 16.602):** estabelece regras de conduta, quando do envolvimento de colaboradores e/ou representantes das empresas pertencentes à *holding* CPFL Energia S.A. e de todas as suas empresas controladas diretas e indiretas ("Grupo CPFL") em atividades com fins comerciais, de negociação ou gestão de contratos que demandem relacionamento com Administração Pública, Agentes Públicos ou Agentes Políticos. O relacionamento e a interação com quaisquer Agentes Públicos ou Agentes Políticos devem ser éticos, transparentes e pautados na boa fé, respeitando as normas que regem a Administração Pública e os valores e diretrizes estabelecidos pelo Código de Conduta Ética do Grupo CPFL.
- **Política Anticorrupção da CPFL Energia (GED 16.027):** a Política Anticorrupção suplementa, mas não substitui o Código de Conduta Ética, tendo o objetivo de estabelecer os princípios para prevenção e combate da corrupção, suborno, lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo. Este documento é aplicável a todos os colaboradores, clientes, fornecedores e/ou parceiros comerciais e partes relacionadas das empresas pertencentes ao Grupo CPFL que tenham o mesmo modelo de gestão e governança, sendo que nas demais empresas os representantes exercerão seu direito de voto com objetivo de adotar política semelhante. Amparada nos preceitos da conduta anticorrupção, e também das normas internas vigentes, a Política estabelece regras e procedimentos para, por exemplo: (i) proibição da corrupção e suborno e monitoramento de situações vulneráveis a violações (ii) transações

5.3 Programa de integridade

envolvendo recursos financeiros; (iii) relacionamento com fornecedores, parceiros comerciais e partes relacionadas; (iv) relacionamento com o poder público. Para acessar a Política Anticorrupção, acesse o website de relações com investidores da Companhia, por meio do link: <https://cpfl.riprisma.com/listgroup.aspx?idCanal=QaOjWSkrceEfQT28iDpzLQ==>.

Em 2022, o Programa de Integridade do Grupo CPFL recebeu a certificação da ISO 37001 (Sistema de Gestão Antissuborno) atestando a conformidade, as diretrizes e o alto padrão de governança e transparência com que a Companhia conduz as suas atividades.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Política Anticorrupção, normativo aprovado internamente pelo Conselho de Administração, e a Instrução do Programa de Integridade preveem as responsabilidades de gestão e implementação do Programa de Integridade pela área de Ética e Compliance (área alocada na Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO do Grupo CPFL), e pelo Compliance Officer, função exercida pelo Diretor de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO, com reporte direto e independente ao Conselho de Administração. Adicionalmente, o Regulamento do Comitê de Ética em conjunto com a diretriz nº 36 do Código de Conduta Ética do Grupo CPFL definem as atribuições e responsabilidades dos membros do COMET e da CPD, dentre as quais destacamos:

- a) o número de membros será definido pelo Conselho de Administração da CPFL;
- b) de acordo com a proposta da Diretoria Executiva, aprovada pelo Conselho de Administração, o Comitê será composto por Diretores Vice-presidentes e, ao menos, por um membro externo ao quadro de profissionais da CPFL, com mandato de dois anos, sendo permitida a recondução. O auditor interno participará como ouvinte do Comitê;
- c) o Comitê será dirigido por um presidente e por um vice-presidente, a quem cabe substituir o presidente em caso de ausência ou impedimento, sendo ambos indicados dentre os profissionais da CPFL escolhidos para participar do Comitê;
- d) o Comitê decidirá sobre as denúncias de violação do Código e orientará sobre aplicação de suas normas por meio de campanhas de divulgação, resposta a consultas e emissão de súmulas;
- e) a estrutura e o funcionamento do Comitê serão estabelecidos em regimento interno aprovado pela Diretoria Executiva da CPFL, por proposta do Comitê; e
- f) o Conselho de Administração da CPFL Energia substituirá o Comitê em suas atribuições nos casos de violação das diretrizes do Código cometidos por membros do Comitê, da Diretoria Executiva ou do Conselho de Administração.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

O Código de Conduta Ética do Grupo CPFL é o guia orientador do Programa de Integridade que contém os princípios, valores e compromissos éticos, de integridade e de transparência que devem ser observados indistintamente por todos os colaboradores em suas atividades, incluídos os membros: (i) do Conselho de Administração, (ii) dos Conselhos e Comitês de Assessoramento, e (iii) da Diretoria Executiva, bem como demais gestores e partes relacionadas. Salienta-se ainda, que o referido normativo passou por um processo de aprovação que abrange a mais alta instância executiva do Grupo CPFL, quais sejam as agendas de RD (Reunião de Diretoria) e RCA (Reunião do Conselho de Administração), e está disponível em ambiente de amplo e público acesso através do site institucional do Grupo CPFL, através do link: <https://www.grupocpfl.com.br/institucional/codigo-de-conduta-etica>.

Além disso, em 2020 foi publicado o Código de Conduta Ética para Fornecedores - normativo derivado e sujeito ao Código de Conduta Ética do Grupo CPFL supramencionado, mas que tem um direcionamento específico para

5.3 Programa de integridade

o público de fornecedores e prestadores de serviços, visando assegurar a compatibilidade entre os valores da cadeia de suprimentos e aqueles disseminados pelo Grupo CPFL. Referido normativo está disponível no site institucional através do link: <https://www.grupocpfl.com.br/institucional/fornecedores>.

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O âmbito de aplicação do Código de Conduta Ética e do Código de Conduta Ética para Fornecedores abrange tanto colaboradores e gestores internos quanto o público externo de fornecedores e partes relacionadas ao Grupo CPFL, conforme previsto na diretriz nº 13 “Responsabilidade pelo cumprimento dos valores e das diretrizes definidos no Código de Conduta Ética (Código)”. Além disso, o estabelecimento do Programa de Integridade, do Comitê de Ética e Conduta Empresarial e da Comissão de Processamento de Denúncias visam monitorar, justamente, o cumprimento das diretrizes éticas do Grupo CPFL em todos os níveis a partir de uma abordagem “*tone at the top*”.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O Código de Conduta Ética, em suas diretrizes nº 13, “e” e 37, “d”, estabelece a possibilidade de aplicação de medidas disciplinares como consequência de condutas não alinhadas ou praticadas em violação às diretrizes do Código. Cabe ao Comitê de Ética e Conduta Empresarial, após análise do relatório de investigação de denúncia, e deliberação quanto à procedência da denúncia, a recomendação de aplicação de medida disciplinar ao(a) colaborador(a) denunciado(a), sendo a dosimetria da medida disciplinar sugerida pelo Comitê e a aplicação realizada em conformidade com os procedimentos do normativo de Medidas Disciplinares e Ressarcimento de Danos (GED 17055).

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta Ética está na sua 5ª versão e foi aprovado em Reunião de Conselho de Administração em 20 de abril de 2023, estando disponível no site institucional do Grupo CPFL em local de público acesso, através do link: <https://www.grupocpfl.com.br/institucional/codigo-de-conduta-etica>.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O Canal de Ética do Grupo CPFL é gerenciado por uma empresa externa independente (Contato Seguro), contratada para recebimento de registros éticos (denúncias, consultas e sugestões), e está disponível 24 horas por dia, todos os dias da semana, através dos links: <https://www.grupocpfl.com.br/institucional/canal-de-etica> e <https://www.contatoseguro.com.br/cpflenergia>, do e-mail: eticacpfl@contatoseguro.com.br, do telefone 0800 601 8670, e do aplicativo da Contato Seguro acessível tanto para dispositivos Android através da Google Play Store, como equipamentos iOS via Apple Store.

ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O Canal de Ética está aberto à apresentação de registros por todos os públicos de relacionamento das empresas do Grupo CPFL.

5.3 Programa de integridade

iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

O Canal de Ética assegura a integridade e confidencialidade das informações e do registro apresentado, bem como o anonimato dos usuários, e atribui um número de identificação (protocolo) que permite ao usuário o acompanhamento do status do registro. Adicionalmente, o Grupo CPFL proíbe qualquer prática de retaliação contra relatos realizados de boa-fé, conforme previsto no Código de Conduta Ética, na Política Anticorrupção, na instrução do Programa de Integridade e no Regimento de Comitê de Ética, e reforçado no sítio eletrônico em que o Canal está divulgado (link: <https://www.contatoseguro.com.br/cpflenergia>).

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

O Grupo CPFL possui o COMET e CPD que contam com a participação de membros da alta administração e da diretoria executiva, e que foram implantados para gestão do processo de investigação e avaliação das denúncias recebidas dos colaboradores e demais públicos de relacionamento do Grupo CPFL.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Inexistem casos confirmados desta natureza nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não se aplica.

5.4 Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos:

Em relação ao último exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, não houve alterações significativas nos riscos acompanhados pela Companhia em 2022.

A Política de Gestão Corporativa de Riscos foi atualizada em 2022, refletindo o novo padrão de documentação de políticas da Companhia. Os anexos da Política de Gestão Corporativa de Riscos também foram objetos de atualizações que demonstram os indicadores e limites de cada modelo, com o objetivo de refletir as constantes atualizações que são feitas nas métricas de monitoramento dos riscos do Mapa Corporativo de Riscos.

5.5 Outras informações relevantes

5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há informações que a Companhia julgue relevante em relação aos itens anteriores que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.